

Diário do Legislativo de 15/05/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 36ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 26ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 27ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - Reunião de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8- ERRATA

ATAS

ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/5/2010

Presidência dos Deputados Doutor Viana e Getúlio Neiva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.574 e 4.575/2010 - Requerimentos nºs 6.113 a 6.123/2010 - Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e dos Deputados Adalclever Lopes e Durval Ângelo e outros - Comunicações: Comunicações das Comissões do Trabalho, de Assuntos Municipais e de Cultura e do Deputado Sávio Souza Cruz - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Eros Biondini, Doutor Viana, Sargento Rodrigues, Antônio Júlio e Duarte Bechir - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimento do Deputado Durval Ângelo e outros; deferimento - Votação de Requerimentos: Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e do Deputado Adalclever Lopes; aprovação - Requerimento do Deputado Padre João; deferimento; discurso do Deputado Almir Paraca - Requerimento do Deputado Domingos Sávio; deferimento; discurso do Deputado Domingos Sávio - Requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz; deferimento; discurso do Deputado Getúlio Neiva - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes -

Antônio Genaro - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Gomes - Célio Moreira - Chico Uejo - Délio Malheiros - Dilzon Melo - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Duarte Bechir - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.574/2010

Declara de utilidade pública o Clube da Terceira Idade Idade Feliz, com sede no Município de Campo Belo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Clube da Terceira Idade Idade Feliz, com sede no Município de Campo Belo.

Art. 2º - Esta lei entra vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2010.

Dimas Fabiano

Justificação: O Clube da Terceira Idade Idade Feliz, com sede no Município de Campo Belo, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como finalidade promover programas ocupacionais adequados aos interesses dos associados, tais como artesanato, pintura, música, canto coral, bailes, concertos, audições, apresentação de filmes e peças teatrais e campanhas beneficentes que venham exigir uma participação maior na vida social, prestação de serviços gratuitos à comunidade e enriquecimento da efetividade e sensibilidade pessoal.

Assim sendo, acreditamos que o reconhecimento da entidade como de utilidade pública fortalecerá o trabalho que vem sendo realizado, trazendo melhorias para a comunidade, razão pela qual conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.575/2010

Acrescenta o § 5º ao art. 1º da Lei nº 13.694, de 1º de setembro de 2000.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 13.694 fica acrescido do seguinte § 5º:

"Art. 1º - (...)

§ 5º - O valor obtido como vantagem pessoal passará a constar do contracheque dos servidores com a denominação de "vencimento básico complementar", e sobre ele incidirão todos os direitos inerentes ao vencimento básico."

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2010.

Doutor Viana

Justificação: A Lei nº 13.694, de 2000, originária do Projeto de Lei nº 40/99, de minha autoria, já está sendo aplicada, com aceitação por parte da maioria dos servidores. O então Governador Itamar Franco, cumprindo promessa de campanha, restaurou os vencimentos dos ex-servidores da MinasCaixa. Entretanto, esse direito, apesar de instituído pela Lei nº 10.470, já foi tirado uma vez pelo governo anterior, pelo simples fato de ser denominado "vantagem pessoal". O valor apurado faz parte dos vencimentos dos servidores, é um direito que eles adquirem ao ser

absorvidos. Contudo, o termo "vantagem pessoal" parece referir-se a uma situação de privilégio, e não a um direito instituído por lei.

Assim sendo, apresento este projeto, para retirar do contracheque o nome "vantagem pessoal", modificando-o para o que é justo: "vencimento básico complementar". Essa simples modificação trará segurança ao servidor, pois ele não está recebendo nenhuma vantagem, e sim recuperando vencimentos reais.

Há decisões judiciais em processos em que o ex-servidor da MinasCaixa está requerendo o reajuste, por ser parte de vencimento básico, e esse entendimento foi verificado, coerentemente, em vários acórdãos do Poder Judiciário mineiro.

Portanto, segundo ementas de várias decisões: "Trata-se de referida parcela remuneratória, na realidade, de vencimento padrão, passível de incidência de adicionais, gratificações e índices de reajuste".

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 6.113/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Município de Camanducaia pelo fato de a estância climática de Monte Verde ter obtido o 1º lugar no Prêmio Melhor Gestão Turística do Destino, concedido pelo Ministério do Turismo. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 6.114/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os Srs. Mário Ottoboni, criador do método das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs -, e Ramon Martins Neto Marinho, Diretor da Apac de Pouso Alegre, pela inauguração, nessa Associação, do Centro de Reintegração Social. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.115/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Robson de Andrade por sua eleição e posse no cargo de Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 6.116/2010, do Deputado Fahim Sawan, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à TV Bandeirantes Triângulo pela modernização nas telecomunicações que vem promovendo em Uberaba e região, sob o comando do Sr. José Saad Duailibi, Diretor-Geral da empresa. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 6.117/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para a elaboração e divulgação de relatório sobre as perícias realizadas em obras da construção civil em que tenham ocorrido acidentes fatais.

Nº 6.118/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado aos Ministros do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e da Saúde pedido de providências para a realização de audiência pública conjunta sobre o tema "Saúde e segurança no trabalho - formas de prevenção de acidentes que podem resultar em mortes e mutilações".

Nº 6.119/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a realização, em caráter permanente, de campanhas sobre o tema "Saúde e segurança no trabalho", com ênfase no setor da construção civil. (- Distribuídos à Comissão do Trabalho.)

Nº 6.120/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça pedido de providências com vistas à edição de resolução sobre o funcionamento das varas de conflitos agrários, nos termos constantes nas notas taquigráficas da reunião extraordinária dessa Comissão em 4/5/2010. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 6.121/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria da Polícia Civil pedido de providências para a apuração de denúncia contra o Sr. Genalson Pinto de Oliveira, Delegado de Polícia, relativa à forma de cumprimento de mandados de intimação em São João da Ponte, encaminhando-se também cópia das notas taquigráficas da reunião extraordinária dessa Comissão em 4/5/2010. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.122/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça - CNJ -, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Corregedor-Geral de Justiça, ao Ouvidor Agrário Nacional, ao Juiz Titular da Vara de Conflitos Agrários de Minas Gerais, ao Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários, ao Presidente do Incra e ao Diretor-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - Iter-MG - pedido de providências com relação à denúncia de desrespeito da referida Vara a determinações do CNJ e à resolução do Tribunal de Justiça, encaminhando-se também cópia das notas taquigráficas da reunião extraordinária dessa Comissão em 4/5/2010. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 6.123/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Sr. Elias Paulo Cordeiro, Procurador Especializado em Crimes de Agentes Políticos, pedido de providências com vistas à abertura de inquéritos para apurar denúncias de cerceamento do Poder Legislativo pelo Poder Executivo no Município de Minduri e de crime de responsabilidade que o Prefeito desse Município teria praticado ao não responder a requerimentos de informações do Poder Legislativo, encaminhando-se também cópia de DVD contendo imagens de reunião da Câmara Municipal de Minduri em que o Procurador Jurídico da Prefeitura intimida e agride Vereador.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e dos Deputados Adalclever Lopes e Durval Ângelo e outros.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões do Trabalho, de Assuntos Municipais e de Cultura e do Deputado Sávio Souza Cruz.

O Sr. Presidente - A Presidência anuncia que ontem aniversariou a Deputada Maria Tereza Lara. Desejamos à nossa colega muita sorte, sucesso e tudo de bom na vida. Um abraço.

Oradores Inscritos

- O Deputado Eros Biondini profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Getúlio Neiva) - Com a palavra, o Deputado Doutor Viana.

- Os Deputados Doutor Viana, Sargento Rodrigues, Antônio Júlio e Duarte Bechir proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foi recebido e aprovado, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, o Requerimento nº 6.123/2010, da Comissão de Direitos Humanos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões do Trabalho - aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 12/5/2010, dos Projetos de Lei nºs 4.063/2009, do Deputado Zezé Perrella, 4.280/2010 com a Emenda nº 1, do Deputado Duarte Bechir, 4.313/2010, do Deputado Dinis Pinheiro, 4.314/2010, da Deputada Ana Maria Resende, 4.323/2010, do Deputado Lafayette de Andrada, 4.324/2010, do Deputado Ivair Nogueira, 4.325/2010, do Deputado Padre João, 4.341 e 4.342/2010, do Deputado Hely Tarquínio, 4.353/2010 com a Emenda nº 1, do Deputado Lafayette de Andrada, 4.358/2010 com a Emenda nº 1, do Deputado Dimas Fabiano, 4.375 e 4.377/2010, do Deputado João Leite, 4.393/2010, da Deputada Rosângela Reis, e 4.394/2010, do Deputado Rômulo Veneroso, e dos Requerimentos nºs 5.849/2010, do Deputado Wander Borges, 5.864/2010, do Deputado Tiago Ulisses, 5.879 e 5.883/2010, do Deputado Wander Borges, 5.904/2010, do Deputado Jayro Lessa, 5.930 a 5.934/2010, do Deputado Weliton Prado, 5.940/2010, da Comissão de Direitos Humanos, 5.961/2010, da Comissão de Assuntos Municipais, 5.984/2010, do Deputado Doutor Viana, e 5.994/2010, do Deputado Wander Borges; de Assuntos Municipais - aprovação, na 12ª Reunião Ordinária, em 12/5/2010, dos Requerimentos nºs 5.903/2010, do Deputado Doutor Rinaldo Valério, 5.922 e 5.923/2010, do Deputado Weliton Prado, 5.948 e 5.987/2010, da Comissão de Direitos Humanos, 5.955/2010, da Comissão de Segurança Pública, 5.978 a 5.980/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 5.982 e 5.983/2010, do Deputado Wander Borges; e de Cultura - aprovação, na 11ª Reunião Ordinária, em 12/5/2010, do Projeto de Lei nº 4.410/2010, do Deputado Eros Biondini, e dos Requerimentos nºs 5.876/2010, do Deputado Dinis Pinheiro, e 5.881, 5.882 e 5.993/2010, do Deputado Wander Borges (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Durval Ângelo e outros solicitando a convocação de reunião especial para homenagear o Colégio Dom Silvério pelos 60 anos de sua fundação. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos solicitando sejam encaminhados à Comissão de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, cópia das notas taquigráficas da audiência pública realizada em 22/4/2010, no Município de Minduri, e pedido de providências em relação às denúncias de que o Procurador Jurídico da Prefeitura de Minduri, Sérgio Hannas Salim, estaria adotando conduta incompatível com o exercício profissional da advocacia, e seja encaminhada cópia de DVD contendo imagens de reunião da Câmara Municipal de Minduri na qual o Procurador Jurídico da Prefeitura intimida e agride Vereador. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento do Deputado Adalclever Lopes solicitando que o Projeto de Lei Complementar nº 58/2010 seja distribuído à Comissão de Defesa do Consumidor. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno, para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Almir Paraca. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Almir Paraca.

- O Deputado Almir Paraca profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Domingos Sávio solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Domingos Sávio.

- O Deputado Domingos Sávio profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno, para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Getúlio Neiva. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Getúlio Neiva.

- O Deputado Getúlio Neiva profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência encerra, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.136/2010, uma vez que permaneceu na ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/5/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Padre João e Tiago Ulisses; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.389/2010; discursos dos Deputados Antônio Júlio, Lafayette de Andrada, Weliton Prado e Vanderlei Miranda; votação do projeto, salvo emenda e subemendas; aprovação; votação da Subemenda nº 2 à Emenda nº 1; rejeição; votação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1; rejeição; votação da Emenda nº 1; rejeição - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.955/2008; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.398/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.762/2007; requerimento do Deputado Lafayette de Andrada; aprovação do requerimento - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.490/2008; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.207/2010; aprovação com a Emenda nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2009; aprovação na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1 - Inexistência de quórum para votação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.194/2010; encerramento da discussão - Declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Dilzon Melo - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questões de Ordem

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, tínhamos a expectativa de votar o Projeto de Lei nº 4.389/2010, porque entendíamos que votaríamos o que foi construído ao longo de sua tramitação. O projeto recebeu uma emenda prevendo a recomposição salarial. Além da data-base, foi prevista a recomposição de 10,14% e a retroatividade a janeiro. Com relação ao Ofício nº 12, do Desembargador Sérgio Antônio de Resende, tivemos a compreensão de que apenas corrigia a retroatividade. Portanto, houve uma emenda do Deputado Sargento Rodrigues e do Deputado Vanderlei Miranda, nosso grande Líder, corrigindo apenas a retroatividade. Na compreensão de outros Deputados, na verdade, estava determinando uma lei específica para garantir a recomposição. Então, na verdade, está acatando esta emenda, e não, a emenda inicialmente feita por mim e incorporada ao parecer do Presidente da Comissão de Administração Pública, Deputado Délio Malheiros, que era a recomposição salarial. Então, não dá para votar esse projeto dessa forma, sem garantir a recomposição de 10,14%. Por quê? O Desembargador disse: "Conforme consta do referido ofício, me posiciono de acordo com o projeto, desde que a revisão indicada vigore a partir da data da publicação da lei, sem retroagir". Aqui está claro que o Desembargador Sérgio Resende acata a recomposição de 10,14%. Em nosso entendimento era isso que estávamos votando. Parece-me que o Deputado Carlin Moura quer suscitar uma questão de ordem, e, em seguida, solicito uma intervenção para buscarmos um entendimento antes de apreciarmos esse projeto e os demais. Tivemos um entendimento hoje à tarde com o Presidente da Casa e com o Líder do Governo e, da nossa parte, estamos prontos para votar tanto este quanto o projeto de alguns Deputados. O trem do João Leite está agarrado na linha há muito tempo. Queremos votar os projetos, reconhecendo a intervenção do Presidente da Casa em relação ao impasse que estamos vivendo, da falta de diálogo do Executivo com os trabalhadores da educação. O entendimento a que chegamos foi graças à interlocução do Presidente da Casa, de a Secretária de Planejamento e Gestão estar aqui. Acho que restabelecer esse diálogo do Executivo com os trabalhadores da educação na reunião que será realizada amanhã, às 9h30min, foi uma conquista do Parlamento mineiro, dos Deputados, o que nos permitiu avançar na pauta. Nesse sentido nos encontramos num impasse devido a esses esclarecimentos. Tão logo haja outra intervenção, solicitamos a suspensão para esse entendimento com o Presidente e com o Líder do Governo.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, a nossa compreensão é muito clara. Hoje à tarde, acompanhamos a assembleia dos professores da

rede estadual. Eles, através do seu sindicato, o Sind-UTE, mencionavam que o governo do Estado estava irredutível quanto à abertura das negociações. E o nosso Bloco PT-PMDB-PCdoB intermediou uma reunião com o Presidente da Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, e com o Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, juntamente com a direção do Sind-UTE, com o Comando de Greve. Foi uma reunião muito produtiva e sensível. O Presidente da Casa se dispôs a intermediar o diálogo entre o sindicato e o governo do Estado e marcou para amanhã, às 9h30min, aqui, na Assembleia Legislativa, uma reunião, com a presença da Secretária Renata Vilhena, a fim de tentar ajudar na negociação, tendo em vista que a assembleia dos professores hoje, com grande presença de professores e professoras de todo o Estado, manteve a greve até a próxima terça-feira, por unanimidade. Há uma grande unidade no movimento. O Deputado Alberto Pinto Coelho, nosso Presidente, teve esse gesto de sensibilidade, e nós, do Bloco PT-PMDB-PCdoB, nos comprometemos a vir aqui, para o Plenário, a fim de sinalizar nossa boa-vontade no sentido de votar todos os projetos de autoria dos Deputados que estão na pauta, com a condição de que votaríamos o projeto do Tribunal de Justiça, o nº 4.389/2010, mas isso na forma como foi negociado, com a Subemenda nº 2, segundo a qual a revisão é automática, tem efeito imediato a partir da aprovação e da homologação, beneficiando os servidores do Tribunal de Justiça. Quanto a essa interpretação de que a situação mudou, de que é preciso rejeitar a Subemenda nº 2, para que o reajuste venha em um outro projeto, não existe um consenso. Ficaremos em uma situação muito desconfortável diante dos servidores: fingimos que votamos, fingimos que damos reajuste, mas até quando? Portanto, temos a compreensão e queremos ajudar o Tribunal de Justiça, como fizemos, na semana passada, com a aprovação dos 54 cargos para a instalação das câmaras. Agora queremos também ajudar os servidores do Tribunal de Justiça, sem os quais a Justiça não funciona. Queremos fazer com que o Tribunal tenha pleno funcionamento. O próprio Desembargador Sérgio Resende disse em sua carta que, ao ser votado pela Assembleia, o projeto tem eficácia imediata. Nessa compreensão, Sr. Presidente, o Bloco PT-PMDB-PCdoB está aqui para votar o projeto da forma como se encontra, com a vigência imediata da Subemenda nº 2. V. Exa., após a fala do Deputado Weliton Prado, poderá suspender a reunião para chegarmos a esse entendimento. Queremos votar o projeto na forma como se encontra e também os demais projetos dos Deputados que estão na pauta. De antemão, parabênico e agradeço a sensibilidade do Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Casa, que, com muita capacidade e competência, conseguiu reabrir as negociações com os trabalhadores da educação. Esperamos, amanhã, às 9h30min, apresentar uma proposta no sentido de atender às reivindicações legítimas, justas e necessárias dos professores e das professoras da rede estadual de Minas Gerais, muito bem representados pelo Sind-UTE.

O Deputado Weliton Prado - Gostaria de saudar a todas e a todos e dizer que compromisso existe para ser cumprido, para ser respeitado. A data-base é para agora, e não para 2012. Ela não tem que depender de lei específica. O que foi acordado, o compromisso assumido tem que ser honrado. Já resolvemos aqui a situação do Tribunal de Justiça. Votamos um projeto muito importante. Quando encaminhamos o projeto, deixamos bem claro que estávamos votando e éramos totalmente favoráveis, mas que queríamos que fosse examinada a situação dos servidores, pois, sem eles, que atendem à população, não existe a Justiça. Eles estão em uma situação muito difícil, e esse acordo foi construído ao longo do tempo. Se ele foi construído, acertado e definido, temos de votá-lo e garantir a data-base para agora. O Tribunal de Justiça fez uma ponderação questionando a retroatividade. Mas disse que, assim que fosse aprovado, iria garantir que fosse feita a revisão dos 10,14%. É isso o que os servidores querem. É isso o que os servidores solicitam desta Casa, o que é justo, o que é justiça com o conjunto dos servidores. É isso que realmente conclamamos aqui. Queremos aprovar, sim, a data-base, mas para agora. Não é para defender por lei específica. Não sabemos nem quando será aprovado. Lá em 2012! Isso não atende, de maneira nenhuma, os servidores. Amanhã, os servidores do Judiciário da 1ª instância farão uma grande mobilização em Belo Horizonte, onde haverá também a reunião da Corte, que definirá o Adicional de Desempenho - ADE - dos servidores dessa Casa. Uma lei que foi aprovada tem de ser cumprida. Uma resolução do Tribunal de Justiça não pode passar por cima da legislação. Uma resolução não pode passar por cima de uma lei. Se a lei foi aprovada e sancionada, tem de ser cumprida, respeitada. Depois de aprovada essa lei nesta Casa, o Tribunal de Justiça tem de garantir que ela realmente seja cumprida. Ela não pode ser alterada por resolução. O que foi aprovado por essa lei? Foi aprovado que o ADE é retroativo. Já tem recursos para esse pagamento. É só cumprir a legislação. Fazemos esse apelo ao Tribunal de Justiça. Esperamos chegar a uma acordo. Fazemos um apelo a todos os Deputados e Deputadas na Casa para que possamos aprovar a data-base para agora, imediatamente, já. Se possível aprovar hoje. Amanhã já vai para a Comissão. E até quinta-feira, a gente já vota no 2º turno. E faz justiça com os servidores. Gostaria também de parabenizar os servidores da educação, que de forma realmente muito brava, com muita energia, muita raça e muito otimismo e muita disposição têm superado todas as dificuldades e rompido todas as barreiras, acima de tudo, com muita coragem. Apesar de todas as perseguições e ameaças, os servidores da educação estão dando uma verdadeira aula de cidadania. Fico realmente muito orgulhoso de ver o movimento mobilizado em todas as regiões do Estado. Muitos duvidavam de que o movimento iria para frente. No entanto, hoje, um grande número de servidores vieram de todas as regiões do Estado, muito bem organizados e deixaram bem claro que realmente querem que os problemas da categoria sejam resolvidos. O que os servidores querem? Eles querem que se cumpra a lei. Da mesma maneira os servidores do Judiciário que estão aqui querem que se cumpra a lei aprovada por esta Casa. Isso é justo. A ADE foi aprovada? Foi. Tem de ser retroativa a janeiro? Tem. Então que se cumpra a lei. Pronto. E acabou. No País agora é desse jeito. Há uma briga muito grande para que a lei seja aprovada. Depois há uma briga muito maior ainda para que ela seja cumprida. Da mesma maneira acontece em relação aos servidores da educação. Há uma lei federal que estabelece que, a partir de janeiro deste ano, todos os Estados têm de aplicar o piso nacional dos servidores da educação. Minas Gerais não cumpre a legislação federal. É isso o que os servidores querem. Além disso, o governo fez a promessa de garantir que os servidores receberiam o piso salarial. No caso, o que o governo fez? Criou um piso remuneratório que desconta VTI, vantagens e gratificações. Há alguns casos, como o que eu mostrei aqui hoje, de um servidor que recebe o salário inicial de R\$245,00. Mostrei o seu contracheque, com todas as gratificações chega-se a um total de R\$447,00. Menos de um salário mínimo, um salário de fome, de miséria. Os servidores não têm condição de sobreviver dessa maneira. O que os servidores querem realmente é justiça. No nosso país, nós sabemos e os servidores do Judiciário sabem muito bem que não há justiça ou vitória sem luta. Então é preciso ter muita luta, mobilização e coragem. É esse o exemplo que os servidores da educação estão dando para todo o Estado. Quero parabenizar os servidores do Judiciário, o Serjusmig, o Sinjus e o Sindojus pela mobilização. É realmente com luta, com organização dos trabalhadores da categoria que a gente consegue a vitória. Então, data-base já. Para o futuro, não. Parabéns aos servidores pela grande vitória. Parabênico o Deputado Alberto Pinto Coelho. Amanhã, haverá reunião com a Secretaria de Planejamento e com o Deputado Alberto Pinto Coelho, para discutir a possibilidade de haver uma negociação. A greve não atende e não agrada a ninguém, nem aos professores, nem aos alunos, nem à comunidade escolar. Esperamos que o problema seja resolvido, o mais rápido possível, e que o governo apresente uma proposta para os professores, para os servidores da educação que praticamente há mais de 10 anos não têm aumento. Parabéns. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, colegas Deputados, quero cumprimentar os servidores do Judiciário aqui presentes e as lideranças do Serjusmig, do Sinjus, suas legítimas representações. De pronto, manifestamos nossa disposição, que não é de agora, mas de sempre, não apenas de votar o Projeto de Lei nº 4.389, mas de estar ao lado de toda a categoria, como é tradição nesta Casa. Temos a compreensão de que sem os servidores, principalmente no caso do Judiciário, que tem uma enormidade de serviço, uma demanda que cresce a cada dia - infelizmente, ainda temos muita demanda reprimida -, é a população que sofre. Sabemos que vocês, servidores, se desdobram para atender a essa demanda e, portanto, precisam ser valorizados. Já demonstramos isso em outras situações aqui, com uma votação unânime, e não tenho dúvidas de que isso vá acontecer novamente. É claro que ainda temos algumas fases de debate no projeto e precisamos construir uma solução que não fique só na teoria, que seja colocada em prática e resulte em um reajuste justo e imediato para a categoria. Não tenham dúvidas de que vocês terão total apoio de toda a base do governo Anastasia nesta Casa. Contem conosco, na certeza de que nos empenharemos para que a votação seja o mais breve possível. Queremos ainda, Sr. Presidente, registrar o nosso entendimento de que é pelo diálogo que se devem construir as soluções dos impasses em um ambiente democrático. Especialmente quando tratamos da educação, temos uma história de defesa permanente nesta Casa e não só como Deputado, mas também no período em que fui Prefeito e Vereador. Não é possível alguém defender a educação só na teoria; assim, em todos os momentos da minha vida pública, sem exceção, tivemos um comportamento de defesa da educação e dos servidores da educação. Assim foi em todos os projetos aprovados aqui. É bom deixar isso bem claro, porque no calor do embate às vezes trazem-nos informações tendenciosas, querendo passar a ideia de que este ou outros Deputados poderiam ter votado contra os professores ou contra a educação. Isso não tem o menor fundamento; é algo que não cabe nem debater, de tão absurdo. Votamos a favor dos professores, da educação e de tudo aquilo que poderíamos viabilizar de maneira concreta. Houve aqui as mais diversas situações, de quem em alguns momentos quis apresentar proposições absolutamente inconstitucionais, que não levariam a resultado algum. Aliás, pelo contrário, poderiam provocar a ausência de qualquer avanço, com a nulidade do processo. Mas tivemos o equilíbrio e a maturidade de votar com os professores e com a educação. Refiro-me a isso para dizer novamente que o entendimento de que o diálogo nos deve ajudar a construir a solução para impasses, especialmente quando há um consenso, como agora: o salário dos professores é muito baixo, e todos queremos um reajuste melhor e melhores condições de trabalho para os professores e demais profissionais da educação, para todos os que têm a tarefa de preparar os nossos jovens e crianças e de construir um futuro melhor - porque sem a educação não há chance sequer de buscar um futuro melhor. Esse é um sentimento que une toda esta Casa. Fico muito feliz por termos conseguido hoje, com o apoio da

Assembleia Legislativa, do nosso Presidente e do nosso Líder Mauri Torres e com a nossa participação e de outros colegas, a abertura de canais de diálogo. Na semana passada, recebi no meu gabinete em Divinópolis algumas lideranças do Sind-UTE - Marilda e outras professoras -, com as quais assumi o compromisso de conversar ainda nessa semana com o Prof. Anastasia e a Renata Vilhena. Cumpro o compromisso assumido, sentindo sempre a vontade do governo de que houvesse essa disposição para o diálogo. O professor chegou a mencionar uma comissão que estava proposta pelo governo como um canal de entendimento permanente. Hoje, tivemos mais um avanço importante, que quero registrar como uma conquista do ambiente democrático: esta Casa, representada pelo Presidente Alberto Pinto Coelho, ajuda a construir um canal de diálogo com os nossos professores. Nós, da base do governo, e a Oposição falamos a mesma língua com relação a essa matéria: o diálogo é essencial. Sr. Presidente, muitas vezes essa abertura de canal ocorre nos bastidores. Entretanto, aqui pude citar que fui procurado por lideranças do sindicato e que cumpro minha missão parlamentar de buscar o entendimento. Na quinta-feira passada, fui ao Prof. Anastasia e estive com a Secretária Renata Vilhena. Hoje, vimos a Casa como um todo ser representada pelo Presidente, estabelecendo com as lideranças sindicais a perspectiva de um diálogo amanhã. Sr. Presidente, deixo o nosso apoio a todos os professores, aos trabalhadores da área da educação, dizendo que especialmente o diálogo é o caminho para a solução do impasse. Que possamos ter os professores valorizados e que superemos esse impasse com a volta às aulas, com a volta ao trabalho, pois não tenho dúvida de que eles também desejam isso. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, Sr. Presidente. Saúdo os valorosos servidores do Judiciário. Tive o prazer de ser o relator do Projeto de Lei nº 4.389 na Comissão de Constituição e Justiça, buscando, acima de tudo, o entendimento. Desde o primeiro momento em que pisamos na Comissão de Constituição de Justiça, esperamos para celebrar a votação do projeto em plenário, que é uma reivindicação de longo tempo dos valorosos servidores do Judiciário, os quais temos ouvido e para os quais buscamos gestões junto ao poder. Saúdo-os com a certeza de que vamos votar ainda hoje esse importante projeto, que está nos anseios dos valorosos servidores. Falo também em nome do Sul de Minas. Temos acompanhado com especial atenção o legítimo movimento grevista de todos os servidores que têm vindo a Belo Horizonte. Temos ainda atendido a diversas demandas em nossa região, em nossos Municípios, sempre levando uma palavra de conforto e de otimismo para a celebração do entendimento. Na semana passada, na Comissão de Constituição e Justiça, apresentamos um requerimento que foi aprovado por unanimidade e encaminhado ao Governador, a fim de buscar o diálogo. Isso é o que realmente marca qualquer administração pública. Com certeza, os vários atores - Deputadas, Deputados, sindicatos, ir-irão construir uma solução. O posicionamento do Deputado Alberto Pinto Coelho, em nome desta Casa e do nosso Líder Deputado Mauri Torres, traduz o sentimento de todos. Por meio de sua representatividade e liderança, às 9h30min, teremos um novo momento, que será de entendimento junto à Seplag, à Secretaria de Educação, ao governo. Estamos amadurecidos por traduzir o sentimento de todos que, com tanta ansiedade, aguardam uma posição do governo. Confiamos no Governador Anastasia, como professor e grande gestor público. Ele nunca deixou de nos ouvir em seu gabinete ou por meio de seus representantes, mantendo um diálogo franco e cordial. Amanhã, conseqüentemente, estou certo de que poderemos avançar muito mais com a representação de servidores, Deputados e membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, à qual tenho a honra de pertencer. Faço questão de registrar esse momento em que buscamos o entendimento, a fim de garantir o retorno às aulas, a paz e a tranquilidade dos servidores que, por tanto tempo, estão pelejando em busca de seus legítimos direitos. Vejo a caríssima Deputada Gláucia Brandão prestes a votar o plano decenal, também um grande avanço que obtivemos nesta Casa. Ele será votado em 2º turno, conseqüentemente amanhã, depois desse entendimento costurado pelo nosso Presidente, e teremos, com certeza, uma solução para todos os servidores da educação. Assim, a tranquilidade retornará aos estabelecimentos de ensino do nosso Estado. Então, tanto com os servidores do Judiciário quanto com os da educação, com certeza, haveremos sempre de caminhar juntos, garantindo a tranquilidade e os direitos de todos. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o que me traz aqui, nesta noite, é a preocupação de um Deputado que disse que o Tribunal de Justiça não cumpriu um acordo, que baixou uma resolução - não sei se internamente - não cumprindo a legislação. Hoje vimos na porta da Assembleia uma manifestação do pessoal da educação. O governo tem conduzido o processo com ameaças, não deixando a imprensa divulgar o movimento grevista. Acho que essa greve já foi longe demais por incompetência e incapacidade do governo para negociar. Quando vejo o Deputado Domingos Sávio fazer esse discurso de que já conversaram ontem, lembro que a greve tem 20 dias. O governo, Sr. Presidente, também tem desrespeitado esta Casa mais de uma vez e assistimos a isso passivamente. Apresentei um requerimento na Comissão de Fiscalização Financeira, baixaram lá para fazer um relatório, a fim de conhecer o decreto que o governo publicou no dia 4, concedendo anistia. Ele fez uma outra anistia, e a forma como isso foi conduzido está contra o parecer da Assembleia Legislativa, que diz que deve existir uma legislação própria para se conceder anistia. Camuflaram lá, dizendo que é o parcelamento 2. A quem estão enganando? Alguém terá de responder por essa irresponsabilidade, porque, se pelo menos houvesse anistia a fim de dar aumento para o funcionalismo público, poderíamos aceitá-la, mas essa anistia publicada no dia 4, Deputado Arlen Santiago, tem CPF. Ela tem CPF. Vou falar três vezes: ela tem CPF. Pela primeira vez, um governo baixa um decreto para fazer uma anistia de até 95%, sem que haja publicidade, sem divulgar nada, sem passar por esta Casa. O governo não pode fazer anistia por decreto. Isso mostra, Sr. Presidente, que o desrespeito que esse governo tem por esta Casa é o mesmo que tem pelo funcionalismo público. Não se respeita mais nada no Estado de Minas Gerais. Estamos vivendo um estado de exceção, em que os funcionários do governo de outro escalão podem fazer o que querem. Acham que podem fazer o que querem, porque o Ministério Público não age e finge que não está acontecendo nada, e o Tribunal de Justiça faz o que manda o Governador. Uma hora isso vai acabar. Eles não vão se perpetuar no governo, e estão fazendo bobagem em cima de bobagem, e nós, da Assembleia Legislativa, estamos assistindo a isso. Vejo que a base do governo, quando menciono essa questão, fica preocupada, porque sabe que estou falando em cima de fatos. Não estou inventando nem apenas fazendo denúncias, como diz o Prof. Anastasia. Estou constatando que esse decreto foi publicado no dia 4, e só hoje, Sr. Presidente, houve a manifestação da Secretaria de Fazenda de uma forma camuflada. Nós conhecemos e já convivemos com esse processo de anistia. Sou a favor de anistia. Não estou aqui questionando-a, mas sim a sua forma, porque, pelo que foi visto, Deputado Duarte, essa é uma anistia com CPF. Só faltou colocarem o nome de quem será beneficiado. Será que a Assembleia não se manifestará? Será que a Comissão de Fiscalização Financeira não atenderá a meu requerimento em que solicito uma audiência pública com a Secretaria de Fazenda e o pessoal do sindicato dos fiscais para, pelo menos, darem uma explicação? O mínimo que esperamos é uma explicação, e o mínimo que esse governo deve fazer é mandar um projeto de lei, como já fez com outros. Eles fazem as bobagens por meio de decreto e, depois, mandam para a Assembleia um projeto a fim de fazer a ratificação ou a retificação. Estou fazendo essa denúncia preocupado, porque não estou falando de R\$50.000,00 ou R\$100.000,00, mas de uma anistia de 95% das multas, uma anistia que não foi feita aqui até hoje, apesar de todos os embates que tivemos, porque o governo sempre alegava que era contra, embora seja a quarta anistia concedida pelo governo Aécio Neves, que apenas inventa nomes como bônus e parcelamento, mas não diz à população aquilo que ela quer ouvir: anistia. Ele precisa assumir que é anistia. Agora, anistia por decreto? A Assembleia precisa reagir contra isso. Espero que o Ministério Público, que está fingindo que não está acontecendo nada em nosso Estado, possa acordar e rever esse absurdo administrativo que está sendo feito na Secretaria de Fazenda e no governo do Estado.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, temos notado, nos últimos dias, a crescente participação do bloco oposicionista na utilização da imprensa, dos canais que ligam esta Casa à população de Minas. Chamou-me a atenção, por exemplo, um discurso proferido pelo Deputado Carlin Moura, que, alto e bom som, disse que uma ação da polícia teria sido motivada, autorizada e comandada pelo Governador do Estado. Muitas pessoas que aqui vieram buscar melhores salários aplaudiram a fala do Deputado Carlin Moura. A campanha política começou. Agora, o Deputado Antônio Júlio - reconhecemos os seus grandes conhecimentos e sua brilhante participação na história desta Casa - trata essa lei como se fosse um mecanismo político de nosso Governador. Se buscarmos na história, na existência do Prof. Anastasia, saberemos quais atitudes toma nos momentos em que devem ser tomadas. Não é uma pessoa que deseja fazer política com alguém. Ele, como poucos, conhece a situação do funcionalismo mineiro, mas o senso de equilíbrio marca todas as suas atitudes. Claro que é crítico, mas é equilibrado. Recentemente, em nossa Campo Belo, quando esteve para assinar convênios e debater com Prefeitos e lideranças da região, o Governador Anastasia lembrou a todos que sabe perfeitamente tudo o que precisa ser feito no Estado, mas que, em momento algum, a imprensa ou a política farão com que mude os seus caminhos, ou seja, continuará sendo correto, sensato e fazendo o bem em prol de Minas Gerais. Acredito até, Sr. Presidente, que, na defesa dos interesses maiores de Minas, ele não se importaria com eleições. A questão partidária, para o Governador Anastasia, é grande, quando se fala de Minas Gerais, não do partido ao qual é filiado. A questão partidária é grande, quando se fala do seu passado, do seu trabalho. É um homem que nunca viveu na frente de microfones nem sob holofotes de televisão, sempre esteve resguardado ética e moralmente, fazendo com que o Estado de Minas pudesse chegar aonde chegou. Sr. Presidente, é invejável a condição de Minas Gerais no Brasil. Não estou aqui na defesa do Governador nem tampouco contrário aos funcionários. V. Exa. sabe que sou funcionário público, não estou aqui para isso, mas não podemos silenciar quando vemos o palanque político montado nesta Casa para denegrir a imagem de nosso Governador, homem sério, correto, sensato e equilibrado, que aqui, às vezes, serve de deboche. Por exemplo, o Deputado disse, hoje, que ele, o Governador, comandou a polícia. Isso é brincadeira, Sr. Presidente. O Governador Anastasia, homem equilibrado, mandar a polícia bater em

alguém? Isso é fazer o povo de Minas Gerais de bobo. É querer trapacear com o povo num momento eleitoral. Os partidos políticos devem apresentar os seus candidatos, discutir suas ideias, mas querer tirar do Governador Anastasia e do ex-Governador Aécio o equilíbrio, a performance com que Minas Gerais está sendo governada é cuspir contra o vento. As consequências voltarão contra os próprios partidos políticos. Chegar ao poder, Sr. Presidente, custa debate, diálogo, ideias, trabalho. Chegar ao governo não pode custar mentira, o desfazer de um governo, como hoje, em Minas Gerais. Sabemos dos nomes que comporão a disputa, mas, em nenhum momento, como companheiro de trabalho nesta Casa - o PMN apoia o Governador, apoiou Aécio e apoia Anastasia -, temos que nos diminuir em nada em relação aos demais candidatos. Pode ser até que o nosso não se saia tão bem ao microfone e na televisão como outros, mas dentro de si, de seu coração, de sua mente, está resguardado um homem equilibrado, que Minas Gerais haverá de reconhecer, mesmo contra aqueles que usam a palavra contra ele, para tentar desfazer principalmente da sua humildade. Lembre, Sr. Presidente, que todos os grandes homens são sabidos, são inteligentes, são professores, mas têm consigo o senso de humildade. E o nosso Governador o é na sua plenitude. É isso que faz com que o PMN, cada vez mais, trabalhe para apoiá-lo, para o desenvolvimento de Minas Gerais de forma ética e equilibrada. É isso que temos. Prova disso é que, amanhã, os professores se reunirão com o nosso Líder, com o nosso Presidente, que fez um trabalho junto ao Governador, mas não ocupando a tribuna e dizendo que há funcionário público apanhando e sendo ameaçado. Mentira! Gente do governo aqui não fala e não faz isso. Entretanto, como estamos caminhando para outubro, quando haverá eleição, infelizmente temos que conviver com essa situação. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. Queria também lamentar o jogo que começa a ser jogado. Aproximando-nos das eleições, podemos ver uma tática tão antiga, utilizada por pessoas que não contribuem em nada para a democracia. O Brasil constrói sua democracia, que, infelizmente, é atacada permanentemente por alguns que teimam em utilizar um recurso inaceitável historicamente. É o recurso de desconstruir imagens, de desconstruir pessoas. Essa tática de desconstruir pessoas, uma estratégia utilizada por muitos, faz com que as pessoas, cada vez mais, se desencantem com a política, especialmente em Minas Gerais, onde sempre tivemos grandes e reconhecidos políticos, grandes tribunos. A partir de um momento, começamos a conviver com a desconstrução das pessoas. Pega-se, por exemplo, uma figura como a do Prof. Anastasia, nosso Governador, servidor público de carreira - talvez seja a primeira vez que um servidor público de carreira chegue ao Palácio, ao comando de Minas Gerais -, e começa-se a desconstruí-lo, a fazer um golpe. Esse negócio de "fora Anastasia", "fora FHC", é golpe. É uma desconstrução de imagens. Muitos de nós sofremos isso, e estamos sofrendo agora, quando colocam nossa foto em cartazes. Essa é a maneira mais baixa e vil da política, com que se desconstróem as imagens dos homens e das mulheres públicos, que pertencem ao povo. Cada vez mais as pessoas se desiludem, porque acham que todos, de alguma forma, não são merecedores, pois essas imagens vão sendo desconstruídas. Vão-se usando esses "slogans", que pegam: "Fora fulano". Isso é golpe, é contra a democracia. Utilizar, por exemplo, falsas verdades ou meias verdades não ajuda também. Vamos repor a verdade, sem entrar na questão mais central. O Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - se reuniu com o Ministério da Fazenda, e decidiram: 27 Estados concederam anistia; 20 Estados, nesse momento, estão, por decreto, concedendo anistia. Anistia de quê? Não é da dívida, mas dos juros e das multas. Não é anistia do valor que o empresário devia, é anistia de juros e multas. Esta Assembleia votou várias leis de incentivo; elas incidem sobre juros e multas, não sobre o principal, sobre a dívida da empresa, do empresário. É importante repor aqui a verdade. É lamentável que estejamos vivendo isso neste momento eleitoral. Que venham as posições, a ideologia, as propostas para um novo governo. Mas desconstruir imagens, acabar com imagens de homens e mulheres, é lamentável, é golpe, é contra a democracia. Isso é inaceitável em um país como o Brasil, de uma democracia tão tenra, tão verde. Sofri isso, sei o que é isso. Quero lembrar ao governo anterior que fui um dos líderes da Oposição nesta Casa. Deram aumento por lei delegada. A Assembleia não pôde nem se manifestar sobre quanto as carreiras receberiam. O soldado ficou com piso de R\$900,00 e a professora, com piso de R\$200,00. Era o governo do PT e do PMDB. Volto a dizer: deram aumento por lei delegada, foi o que aconteceu naquele governo. Vamos discutir as propostas, as ideias e deixar os homens, as mulheres e suas famílias. Nada de agressão. Não é possível um candidato chegar a um lugar e ser agredido. Isso é inaceitável em uma democracia. Lamentavelmente é isso o que estamos vivendo. Deixo aqui nossa palavra de tristeza, porque o que esperamos do País é o fortalecimento de nossa democracia, que homens e mulheres na política sejam reconhecidos pelas crianças, que as pessoas queiram a política. Mas desse jeito nem nós queremos, porque todos os que chegam ao governo são desconstruídos, achincalhados. "Fora" é o que eles dizem. Isso é golpe, é contra a democracia. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Arlen Santiago - Quero me somar ao coro de Deputados preocupados com a maneira como os eleitos pelo povo de Minas Gerais estão construindo imagens para a população enxergar o político. Todos os dias converso com minha mãe, professora aposentada, e uma vez por semana converso com minha irmã, Luzia Mota Santiago, também professora aposentada. Elas me perguntam: "Que dia, Arlen, o salário será bom, que dia dará para pagar as despesas?". Alguns seguem exemplos não muito ortodoxos. Vimos o ex-Chefe da Casa Civil do Presidente Lula implantar um programa de compra de consciência de parlamentares para aprovar o que o poder central queria: um financiamento desbragado de ONGs, que não precisam prestar contas, como vimos na CPI das ONGs. Gostaria que fosse dito aqui por esses Deputados que tentam fazer essa desconstrução das pessoas: qual lei deve ser seguida? Há a Lei de Responsabilidade Fiscal, que está sacrificando os Prefeitos, porque eles devem cumpri-la. Ela sacrifica também os governos, e até o governo de Minas, que não conseguiu honrar a dívida de 13%. Ou seja, 13% de tudo o que os mineiros pagam vão para o poder central. A dívida está aumentando. Muita gente dizia que aquela dívida era injusta, que estava matando o ex-Presidente Itamar Franco. Aquela dívida, Deputado João Leite, continua do mesmo jeito, apesar de eles estarem no poder. O governo federal poderia passar esses 13% para 7%. Assim, minha mãe, que é professora, poderia ter um salário maior. Pela primeira vez em nossa história, um professor assume o governo do Estado. Também temos a oportunidade de, pela primeira vez, votarmos para governador em um professor, que tem total chance de ganhar a próxima eleição. Um professor concursado, efetivo, cuja mãe é professora estadual, aposentada e que tem duas irmãs, também professoras. Temos de dar chance ao Prof. Anastasia, votando nele. Se um professor não resolver a questão da educação, quem vai resolvê-la? Qual é a proposta real daqueles que tentam destratar o Prof. Anastasia? Que destratam o Governador Aécio Neves e seus colegas aqui? Qual é a proposta? É não cumprir a lei de responsabilidade fiscal? Devemos nos encontrar com o Presidente Lula para lhe pedir para não extorquir os mineiros que têm de pagar 13% do suor de cada um para que o governo federal fique, às vezes, passando para ONGs. Vamos diminuir esses 13% que o governo federal apanha do suor dos mineiros para metade. Dessa forma, teremos recursos para cumprir a lei e dar o aumento que os funcionários merecem. Vamos lembrar que, pela primeira vez, temos um professor que será eleito para um mandato de quatro anos para governar Minas Gerais, trabalhar e cuidar dessa classe.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, não vou personalizar uma discussão tão importante quanto a necessária valorização dos trabalhadores em educação no Estado. Analisarei essa situação pelo ângulo da justiça e da necessidade. Sabemos que nenhum país, Estado ou região se desenvolve com indicadores de educação abaixo do desejável. Sabemos os desafios que enfrentamos sobre a qualidade do ensino. Sabemos a importância da valorização dos trabalhadores, da materialidade, da discussão curricular e do combate à evasão escolar. Sabemos que a escolaridade média do mineiro, em relação a outros Estados, é distante daquela a que o Estado poderia chegar. Sabemos dos exames de avaliação e do imenso esforço empreendido pelos trabalhadores em educação no Estado. Mais importante que levar o debate para a disputa político-partidária ou de cunho eleitoral é buscarmos o caminho de superação do impasse. Hoje, o Fundeb prevê a adoção do piso nacional do magistério. Esse deve ser o nosso foco: como criar as condições para que o Estado de Minas Gerais, tão importante política e economicamente, atinja esse piso nacional, melhore a qualidade do ensino e coloque a qualidade da nossa educação em patamar superior. Esse é o debate que deve ser realizado, da mesma forma que estamos aqui, após essa negociação, para votar o projeto de lei que beneficia os servidores que estão aqui presentes e trabalham na Justiça do Estado de Minas Gerais. Esse é o objetivo da Assembleia Legislativa. Não podemos entender que as posições de defesa do interesse dos servidores signifiquem qualquer tipo de agressão, violência ou disputa eleitoral nesta Casa. Precisamos ter a tranquilidade de assumir nossas posições. Queria também, mais uma vez, nosso dileto Deputado do Norte de Minas, deixar aqui um comentário, onde se usam os seguintes termos: "Porque eles estão em Brasília, porque eles criaram ..." Ao que me consta, o PTB, do Deputado que me antecedeu, aqui é governo do Estado, mas lá, em Brasília, é governo federal. Critica aqui e mama lá. Tem cargos indicados lá. Quando vai inaugurar alguma obra, alguma iniciativa do governo federal, está do lado do governo federal. A pessoa tem que ter coerência. Se não está gostando do governo Lula, se está em desacordo com a maioria da população brasileira, que vá na convenção do partido dele e retire o apoio ao governo Lula, que peça demissão dos cargos que ocupa no governo Lula. É governo aqui, é governo lá, é governo local, já foi até governo do PT. Sinceramente, com todo respeito ao Deputado, que prezo muito, peço que tenha um pouco de coerência. Uma coisa é defender o governo do Estado. É legítimo, é da base aliada, acho que cada um faz a sua parte, mas achincalhar um governo de que seu partido participa, acho que o eleitor não vai conseguir entender. Como disse aqui o Deputado Carlin Moura, já houve Ministro que foi prestigiado indo para o Tribunal de Contas com apoio da base aliada. O Ministro da Coordenação Política do governo que o Deputado achincalhou foi do partido dele. Precisamos ter um nível de coerência nas nossas posições aqui. Mas o mais importante é o seguinte: as famílias, as crianças, os trabalhadores em educação querem a superação desse impasse que diz respeito a uma recomposição, à adoção do piso e ao diálogo. Não podemos deixar o

assunto descambar para as disputas pré-eleitorais, porque isso é menosprezo e diminui a importância desta Casa Legislativa.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, eu também não poderia deixar de me manifestar nesta noite; eu, que sou professora aposentada, trabalhei 25 anos em escola pública estadual, fui Diretora de escola. Esse é um momento extremamente importante e sério. Hoje vimos uma assembleia pacífica dos professores. No momento em que eu estava lá, o pessoal saiu propondo uma marcha silenciosa. Uma categoria extremamente importante em Minas Gerais e no Brasil é a dos educadores. Sem educadores, sem escola de qualidade, não vamos construir ou continuar construindo o País e o Estado que queremos. Nesta Casa sempre travamos um amplo debate, desde a época da Uemg. Deputados da base do governo e da Oposição sempre discutiram a questão das universidades públicas em Minas Gerais. Sabemos que o governo federal tem investido na universidade federal, ampliado as unidades de segundo grau técnico profissionalizante, o que não era feito há décadas. Sabemos do investimento que vem sendo feito em Minas. Em governos passados, havia uma disputa e Minas Gerais não recebia recursos. Isso não acontece mais. O governo federal tem investido em Minas Gerais, em inúmeros programas sociais, como o Bolsa-Família e outros. Então também não posso admitir, Sr. Presidente, que se fale aqui que o governo federal está extorquindo. Essa é uma palavra inconcebível. Isso significa roubar de Minas Gerais, o que não é verdade. O governo federal, o governo Lula, tem respeitado os Estados, independentemente de partido político. Ele tem respeitado o Estado de Minas Gerais. Tínhamos três Ministros mineiros, dois deles desincompatibilizaram-se. Essa é uma disputa política legítima e necessária na democracia. Não podemos depreciar e desmoralizar esse governo federal que está aí, que tem compromisso com o nosso Estado e com o povo. Daí vem, realmente, a aprovação que ele tem, comprovada por meio das pesquisas. Então, quero deixar registrado, como professora, a necessidade de repensarmos o vocabulário que estamos usando nesta Casa, pois está se fazendo uma disputa política. E depreciar o nosso governo é inconcebível. Quero deixar isso registrado nos anais desta Casa. Muito obrigada.

O Deputado Wander Borges - Sr. Presidente, quero apenas fazer uma pequena reflexão, municipalista que sou. Vimos aí todo o embate referente ao aumento salarial, que é legítimo. Ontem participei da Comissão de Administração Pública, onde tivemos a oportunidade de votar o Projeto nº 4.389, mas quero trazer aqui uma avaliação. Se caminhamos pelo Brasil afora, pelos Estados brasileiros, veremos que todos eles estão com seu índice de despesa com pessoal, em relação à receita corrente líquida, próximo ao que determina a Lei nº 101, de Responsabilidade Fiscal. Se caminhamos pelos mais de 5.500 Municípios brasileiros, veremos o mesmo: existe uma compressão da despesa com o pessoal, chegando na receita corrente líquida, haja vista que essa receita, na maioria dos Municípios e de alguns Estados, equivale, neste ano - projetada até dezembro -, à média realizada lá em 2008, com uma despesa ascendente - despesa fixada e receita estimada. É a Lei Orçamentária. Entretanto, há um detalhe extremamente importante. O Brasil tem que se apossar dessa discussão. Se formos analisar o assunto considerando a União, veremos que existe apenas um comprometimento da ordem de 33%, dados do Tribunal de Contas da União, do ano passado, havendo, portanto, Sr. Presidente, uma folga de alguns bilhões de reais, equivalente exatamente a 18 vezes o orçamento de Sergipe e a sete vezes o de Minas Gerais. Essa discussão tem que ser feita pelo conjunto da sociedade. Vamos passar este momento, mas, no ano que vem, vamos nos debruçar novamente nesses princípios que precisam ser trazidos à tona. O que foi feito na Constituição de 1988 foi adequado para aquele momento, mas mais de 20 anos se passaram, e continua a mesma estruturação, com uma concentração excessiva de recursos nas mãos da União. Temos que trabalhar e chegar a um consenso, mas não podemos nos esquecer de que existe Prefeitura, atualmente, com salário atrasado; existe Prefeitura que não consegue sequer dar o aumento equivalente à inflação, e o aumento real está, portanto, muito longe. Essa é a discussão a ser feita: a distribuição, a reavaliação do pacto federativo brasileiro, pois a concentração de recursos nas mãos da União sacrificará e matará aos poucos Estados e Municípios. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.955/2008 seja apreciado em segundo lugar entre as matérias em fase de votação. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 3.857, 3.858 e 4.083/2009, 4.144 e 4.257/2010 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem, entre as matérias em fase de votação, Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Tiago Ulisses, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 4.194/2010 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.389/2010, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública que opina pela rejeição da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e pela aprovação da Subemenda nº 2, que apresentou à Emenda nº 1. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente. Srs. Deputados, estamos votando aqui um projeto sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário. Mas eu queria apenas dizer ao Deputado João Leite, que questionou o governo Itamar Franco, do PMDB, quando realmente fizemos um aumento por lei delegada. O Governador Itamar Franco talvez tenha sido o Governador que menos legislou por lei delegada. Quem legislou mais por lei delegada foi o Governador Aécio Neves.

Sr. Presidente, estou encaminhando a votação. Votaremos a favor. Estamos apenas fazendo um parâmetro. O que estamos dizendo aqui não está fora da discussão do projeto, que trata de revisão anual de vencimentos. Eu quero apenas dizer que o Governador Itamar Franco realmente concedeu aumento por lei delegada - e que eu sou contra e sempre fui contra. Posteriormente, para atender o governo atual do PSDB, eu até ajudei a aprovar uma lei delegada muito mais ampla do que qualquer lei que já houve, quando o governo pôde fazer o seu choque de gestão, a sua reforma administrativa. Concedemos uma lei delegada ao governo, mas eu achava que não deveria naquela época. Eu acho que dar aumento a servidor tem de ser da forma que estamos fazendo aqui agora, Sr. Presidente. É trabalhar a lei e votá-la. É o mesmo caso, quando falei da anistia. Não sou contra a anistia. Sou contra a forma como a anistia foi publicada. Não estou falando em anistia de tributos, das multas. Eu sou até grande defensor da anistia. Sr. Presidente, o governo do Estado, através da Secretaria de Fazenda, já chegou a fornecer uma certidão negativa com o meu nome para me amedrontar quando eu brigava pela anistia fiscal. Fizemos isso como se eu fosse um grande devedor do Estado, coisa que nunca fui.

Sr. Presidente, estamos votando aqui - e votaremos a favor, porque acho que está passando da hora de fazer as revisões -, mas quero dizer ao Deputado João Leite que lei delegada já fizemos várias - sou contra por questão de princípio. Fizemos uma para o Governador Itamar Franco dar aumento para o funcionalismo público, e outra para o Governador Aécio Neves. Ajudei a conduzir a votação mesmo contra os meus princípios, mas eu entendia que naquele momento a única forma de fazer uma reforma administrativa era por lei delegada, porque sabemos das dificuldades que envolvem a tramitação desse projeto.

Estamos aqui encaminhando favoravelmente à votação do Projeto nº 3.389/2010, do Tribunal de Justiça.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Não vou gastar mais de um minuto. Estamos encaminhando favoravelmente ao projeto, mas quero fazer um pequeno esclarecimento: o que vamos votar e aprovar agora, depois de entendimentos havidos até há poucos minutos com os sindicatos, é o projeto original, que veio do Tribunal de Justiça, criando a data-base, sem qualquer emenda. O acordo firmado é esse, e é assim que vamos

votar e aprovar o projeto em alguns instantes. Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Serei breve. É apenas para parabenizar de forma muito especial a atuação dos Deputados do Bloco PT-PMDB-PCdoB, que ajudaram a conduzir esse processo com a representação dos três sindicatos. Aproveito para dar nosso testemunho do trabalho dos sindicatos, que representam os servidores, parabenizando a colega Sandra, Presidente do Serjusmig; o Cláudio, Presidente do Sindojus; e o Robert, representando o Sinjus. Registro nosso reconhecimento ao trabalho dos três sindicatos, que foi fundamental; se a categoria teve muitos avanços, foi graças à representatividade, à luta e ao empenho desses sindicatos.

Nas conversas de negociações com as lideranças da Oposição, do governo e dos sindicatos e com os Deputados Vanderlei Miranda e Padre João, foi possível chegar ao acordo de votar o projeto original. Mas fica aqui a nossa cobrança de que se cumpra o compromisso feito. Esperamos que a lei específica chegue aqui no máximo até o final desta semana, porque sabemos que daqui a mais ou menos 20 dias o Presidente do Tribunal de Justiça vai mudar. Então, fica o nosso apelo para que o projeto com a lei específica chegue aqui o mais rápido possível, para garantirmos o percentual de revisão. Estamos encaminhando favoravelmente ao projeto na forma original, mas, repito, esperamos que a lei específica chegue aqui o mais rápido possível e que a promessa feita seja realmente cumprida. Esperamos que amanhã a Corte defina pelo cumprimento da legislação, pelo cumprimento da Constituição e pelo bom andamento jurídico, com o acatamento de uma lei aprovada por esta Casa, garantindo a ADE retroativa a janeiro. Se foi aprovada, a lei tem de ser cumprida e respeitada. O Tribunal não pode de forma alguma fazer qualquer tipo de alteração por resolução, que não pode passar por cima de uma lei aprovada. É o mesmo que, no jogo de xadrez, um peão se sobrepor à rainha. Não há lógica, no andamento jurídico, que uma resolução esteja acima de uma lei aprovada por esta Casa. Então, esperamos que o Tribunal respeite a lei e garanta os direitos dos servidores e a ADE retroativa a janeiro.

Também esperamos aprovar o mais rapidamente possível o 3º grau para os Oficiais de Justiça e o auxílio-periculosidade, lutas históricas da categoria. Mas fica aqui o nosso apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça para que, o mais rapidamente possível, garanta o percentual em relação à revisão geral por meio de lei específica. Vamos votar favoravelmente ao projeto na forma original. Aproveito para cumprimentar novamente todos os servidores, que amanhã terão seu Dia D, com uma justa paralisação, que é um direito deles. Da mesma forma que os servidores da educação estão paralisados há mais de 30 dias, os servidores do judiciário farão sua paralisação amanhã, quando vão cobrar compromissos assumidos há muito tempo. Querem o cumprimento desses compromissos, da mesma forma que os servidores da educação querem o cumprimento da lei federal que cria o seu piso nacional. Amanhã, aliás, haverá uma reunião com todas as lideranças, a Secretária e o Presidente da Assembleia, e esperamos que se faça uma proposta para que a greve termine e o problema seja realmente resolvido. Então, quero parabenizar os sindicatos e os servidores do Judiciário, ressaltando que vamos votar favoravelmente ao Projeto de Lei nº 4.389, que trata da data-base dos servidores, realmente uma grande conquista, uma grande vitória de toda a categoria. Parabéns ao Serjusmig, ao Sindojus, ao Sinjus e a todos os servidores, que realmente dão seu sangue para atender bem à população e garantir que a justiça seja feita para milhares de pessoas.

A primeira pessoa que o cidadão procura junto ao Poder Judiciário são os servidores. Sem eles, a Justiça não existe, logo o trabalho deles é fundamental. É necessário que eles sejam bem remunerados e valorizados.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, serei breve. Inicialmente, direi o óbvio. Como Vice-Líder do Bloco PT-PMDB-PCdoB, encaminho favoravelmente à aprovação do projeto na forma como os servidores sugeriram. Faço justiça ao lembrar a boa vontade de nosso Presidente, o Deputado Alberto Pinto Coelho, que veio a este Plenário para conversar com os três representantes da Justiça. Ele se comprometeu a acompanhá-los, ainda amanhã, para uma conversa, um diálogo no Tribunal de Justiça, a fim de encontrar uma solução para uma questão que extrapolou as fronteiras desta Casa por causa de vícios de origem no projeto. Essa manifestação de boa vontade do Presidente deve ser reconhecida. Cremos que essa intervenção, naturalmente entendendo a autonomia do Poder, irá contribuir para a solução. Obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emenda e subemendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Subemenda nº 2 à Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.389/2010 em sua forma original. À Comissão de Administração Pública.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.955/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhandu o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.398/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre Centros de Formação de Condutores - CFCs - adaptem seus veículos na forma que menciona e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.398/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.762/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre instalação de brinquedotecas em hospitais, clínicas, unidades de saúde e outros estabelecimentos similares, para atendimento pediátrico em regime de internação. Vem à Mesa requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, solicitando o adiamento da votação do projeto. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, com sede no Município de Barbacena, o terreno que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.490/2008 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.207/2010, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Federal de Ouro Preto - Ufop - o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.207/2010 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.056/2009, do Deputado João Leite, que estabelece normas para a preservação e para a promoção

do patrimônio cultural associado ao transporte ferroviário no Estado de Minas Gerais, altera a Lei nº 11.726, de 30/12/94, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais, e a Lei nº 12.398, de 12/12/96, que dispõe sobre o Plano Mineiro de Turismo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Cultura. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.056/2009 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1. À Comissão de Cultura.

A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que há para a discussão das demais matérias constantes na pauta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.194/2010, do Deputado Tiago Ulisses, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 18.490, de 3/11/2009, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.065, de 22/11/2001, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Monte o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Declarações de Voto

O Deputado Weliton Prado - Gostaria de agradecer e parabenizar os servidores públicos do Estado de Minas Gerais, os quais dão uma verdadeira lição de cidadania. Tive a honra e a oportunidade de participar de todos os atos, em Belo Horizonte, e, a cada dia que passa, o movimento cresce mais. Realmente os servidores estão com muita esperança, energia, garra, vontade e ousadia, apesar de todos os problemas, perseguições e ameaças que estão sofrendo nas suas regionais. Aliás, em um primeiro momento, os servidores foram surpreendidos com a substituição de alguns outros servidores contratados. Houve uma decisão da justiça proibindo essa prática por parte do governo do Estado. Realmente, o movimento é muito bonito, está contagiante e impressionante o número de servidores. A cada dia que passa, as assembleias estão maiores, e os servidores de todos os cantos do Estado estão lutando por justiça e melhores condições de trabalho. Os servidores e professoras, há praticamente 10 anos, estão sem reajuste nos salários. Como já é de praxe, depois desse processo, foram votados vários outros projetos. Então, não tem como não mencioná-los na declaração. Esse foi um acordo feito. Como faria a declaração de todos os projetos que estavam na pauta? Não haveria essa possibilidade. Então, o acordo possibilitou a votação dos projetos. Assim, gostaria realmente de parabenizar os servidores. Sei que ninguém quer a greve. Os professores não a querem, os pais não a querem e os estudantes muito menos. Ela não interessa ao governo. Esperamos que seja encontrada uma solução. Amanhã, será realizada uma reunião no gabinete do Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa, com a Secretária Renata Vilhena. Esperamos que surja uma proposta, a fim de que o problema seja resolvido o mais rápido possível. A reivindicação dos servidores é simples, basta cumprir a lei federal que estabelece o piso remuneratório para os servidores do magistério, da educação. O piso inicial é de R\$1.312,00. O governo criou um piso remuneratório. Dele, são descontadas as gratificações e a VTI. Em alguns casos, os professores receberão até menos que esse piso inicial. Ficamos muito felizes ao ver essa lição de cidadania, ou seja, a organização dos movimentos. Isso é fundamental. É um movimento consciente e muito bem organizado. Houve atos com a participação de mais de 15 mil servidores de todos os cantos do Estado. Isso nos dá ânimo, esperança, porque estamos vendo uma transformação. Sabemos que o nosso país somente irá crescer, desenvolver-se, transformar-se em uma potência de Primeiro Mundo, se investirmos maciçamente em educação, ciência, tecnologia, geração de emprego, geração de renda. Para que isso ocorra, é fundamental a valorização dos servidores, que, no entanto, não serão valorizados se continuarem recebendo salários de fome. Com esses salários, os servidores mal conseguem sobreviver, mal conseguem pagar a conta de energia, que, aliás, é muito cara em nosso Estado - só o ICMS é 42%. O mesmo ocorre com a água da Copasa, que é uma das mais caras do Brasil. O IPVA do nosso Estado é mais caro que em outros Estados, é mais caro que em Goiás. Aqui também existe a taxa de licenciamento. Os veículos que têm mais de 10 anos têm de pagar IPVA. Isso não ocorre em outros Estados, como Goiás, onde também não existe taxa de licenciamento. O ICMS do álcool daqui é mais caro que o de São Paulo: aqui, é 25%; em São Paulo, 12%; e em Goiás, 13%. O orçamento do nosso Estado, de 2003 para cá, praticamente triplicou, passou de 17 bilhões para mais de 40 bilhões. Existem recursos, existem condições, mas faltam prioridades. Os servidores querem muito pouco, querem que a lei seja cumprida, respeitada, porque é uma lei federal. Apelamos para que esse problema seja resolvido o mais rápido possível. Dessa forma, os alunos poderão voltar às salas de aula sem ficarem prejudicados. Como os servidores estão ganhando tão pouquinho, mas tão pouquinho mesmo, solicitamos ao governo que não corte os dias parados, porque os servidores nunca se negaram a repô-los. Como isso será feito, não é justo que o governo corte os míseros salários dos servidores, que, embora paguem o Ipsemg, não têm atendimento. No interior não existem médicos credenciados. É um caos. Os cidadãos precisam, então, vir a Belo Horizonte. As passagens são caras e, além disso, não têm lugar para ficar. Marcam consulta, não conseguem ser atendidos, precisam voltar novamente. É um sofrimento muito grande da categoria da educação. Quando os servidores têm tempo para aposentar, infelizmente, não conseguem, porque o governo não lhes garante a aposentadoria, mesmo que tenham o tempo de serviço exigido por lei. Fica aqui a nossa solidariedade, o nosso total apoio. Foi uma grande vitória a reunião que será realizada amanhã com o Deputado Alberto Pinto Coelho e a Secretária Renata Vilhena. Esperamos que seja uma reunião frutífera e que se consiga um acordo, a fim de que os professores voltem à sala de aula. Isso é o que interessa a todos. Agradeço, de coração, e parabenizo o Sind-Ute, sua Presidente, a Bia, a Lude, enfim, a toda a Diretoria desse sindicato. Estão de parabéns na defesa dos servidores da educação.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, Sr. Presidente. Pedi a palavra para declarar o meu voto favorável à doação do imóvel ao Município de Itanhandu. Devo dizer a V. Exa. e a todos os parlamentares que votaram favoravelmente a esse projeto que, hoje, estamos consagrando, acima de tudo, um ideal, um pensamento de toda a comunidade, que estava em busca de uma área localizada no Município, no Bairro Bom Jardim, denominada, há muito tempo, Fazenda-Escola. Hoje, por meio da votação do projeto em 2º turno, ela passa, efetivamente, a pertencer ao Município de Itanhandu. Trata-se de uma área de 20 alqueires. Há muito tempo, desde 2008, estamos buscando isso neste Parlamento. Trabalhamos muito junto à Seplag e ao governo do Estado para doar esse imóvel ao Município. Aliás, esse imóvel já tinha sido doado desde 1934 pelas famílias de Itanhandu ao Estado de Minas Gerais. Foi instalada lá a Febem, que foi desativada, e o Prefeito Evaldo Barros está sempre pensando em transformar o imóvel numa área destinada à escola, conseqüentemente dando oportunidade a todo o Município. É uma área que certamente será produtiva. Tenho absoluta certeza de que Itanhandu está em festa. Queremos agradecer mais uma vez ao governo e ao nosso Presidente Alberto Pinto Coelho, por ter colocado esse projeto em pauta, assim como a aprovação de todos os parlamentares. Com a sanção brevemente do nosso Governador, teremos efetivamente essa área no domínio do Município, uma grande conquista para Itanhandu e região. Há também dois outros projetos de doação de imóveis destinados à área educacional, um para Itajubá e outro para Natércia. Entendemos que, por falta absoluta de quórum, não foi possível votá-los nesta noite. Esperamos, na reunião extraordinária de amanhã, na parte da manhã, também proceder à votação, beneficiando a educação e o desenvolvimento de Itajubá e Natércia, a exemplo de como fizemos nesta noite, em definitivo, a Itanhandu, do Sul de Minas. Parabenizo o Prefeito Evaldo Barros e toda a sua equipe pela participação efetiva, acompanhando conosco, nesta Casa, a aprovação do projeto nesta noite. Agradecemos também a todos os Srs. Deputados que, desde o primeiro momento da tramitação, puderam acompanhar a votação hoje em 2º turno. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, declaro que votamos favoravelmente a todos esses projetos na noite de hoje, mas, de modo especial, ao Projeto de Lei nº 4.389, que tratou de regulamentar a revisão anual dos salários dos servidores do Judiciário. Trata-se de um procedimento absolutamente necessário. O próprio Judiciário não poderia ficar fora desse princípio de justiça - uma revisão adequada e, obviamente, a abertura do caminho para que, de imediato, haja condição mais justa de remuneração para todos os servidores do Judiciário. Nessa mesma linha, Presidente, trabalhamos, nos últimos dias, de maneira firme, ao lado de todos os colegas da base do governo, buscando contribuir para o entendimento em relação ao movimento dos servidores da educação. É bom lembrarmos agora o que eu já disse mais cedo, que nem é preciso repetir nesta Casa, porque mesmo os Deputados da Oposição são testemunhas de que votamos favoravelmente a todos os projetos em favor dos servidores da educação e de todos os servidores públicos, sem exceção, embora, às vezes, lá fora, tenha sido levada uma mensagem diferente - não houve um projeto sequer, ao longo dos dois últimos mandatos, pelo menos, em que estive nesta Casa, ao lado do Deputado João Leite e de tantos outros colegas. Mais do que isso, sempre que havia, como agora, uma dificuldade de diálogo, estivemos ao

lado dos servidores buscando esse diálogo. Mas é claro que compreendemos que, quando os ânimos estão exaltados e quando há um movimento de greve, um instrumento legítimo da categoria para buscar o reconhecimento de seus direitos e valores, vêm acusações e ataques. Mas é preciso tomar cuidado para não se cometer graves injustiças. Não conheço nenhum Deputado desta Casa, pelo menos ao longo desse tempo, que tenha votado contra um projeto de aumento ou de qualquer benefício para os servidores. Alguém pode falar que há até lista com retrato. É muito fácil fazer uma lista, colocar o retrato de uma pessoa e passar informações que não correspondem à verdade. Por quê? Porque, de repente, vem alguém aqui e apresenta uma proposta inconstitucional, que não tem a menor possibilidade de prosperar. E obviamente não prospera porque sou contra ou porque o Deputado João Leite, "A", "B" ou "C" são contra, mas porque ela já nasce morta, já que é inconstitucional. Se fosse possível um Deputado tomar a iniciativa de fazer um projeto para aumentar, dobrar o salário dos professores, brigariamos entre nós, 77 Deputados, porque todos correriam para assiná-lo. Isso é óbvio, acho que até as crianças do grupo sabem disso. Existe uma norma constitucional, uma lei maior no Brasil que deixa claro que o legislador, o Deputado, não tem poder de alterar nem de propor o projeto próprio do Executivo, aumentando, a seu critério, o gasto com salários. Isso está previsto na Constituição, é muito claro. Trago essa informação para dizer que não é só votar a favor dos servidores, como votamos em todos os projetos. É também trabalhar para abrir canais de diálogo. Na semana passada, recebi, em meu gabinete de Divinópolis, a Profa. Marilda e outros representantes do Sind-UTE, que nos pediam que os ajudassem a abrir um canal de diálogo. Ainda na semana passada, conversei com o Governador Antonio Anastasia, com a Secretária Renata Vilhena e hoje com o Presidente da Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, momento em que também estava presente o Deputado Mauri Torres, nosso Líder do Governo. Todos nós, da base do governo, nos empenhamos. Amanhã teremos um encontro entre a Secretária Renata Vilhena e os dirigentes do movimento dos professores e dos servidores da educação. Continuaremos trabalhando para que haja entendimento. A greve é um instrumento de defesa, de luta, mas acaba trazendo transtornos para os alunos, para os professores e para todos. É preciso construir uma solução com diálogo. Esse é nosso papel. Quero também deixar claro que não podem sair por aí levando inverdades, acusações injustas pelo calor dos debates contra quase 100% da Casa. Isso não tem fundamento, não contribui para encontrarmos uma solução. Concluo, Sr. Presidente, dizendo que votamos favoravelmente. Esperamos que amanhã avancemos no entendimento com os professores e, mais do que isso, que continuemos trabalhando para chegar o dia em que o salário seja justo para todos os educadores, porque, com certeza, sem educação não há perspectiva de um país melhor. Esse deve ser o esforço de todos, não apenas de um partido, apenas de um Deputado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, também nesta linha quero dizer que votamos o projeto de aumento para os servidores da educação encaminhado à Assembleia Legislativa pelo Governador Aécio Neves e pelo Governador Antonio Anastasia. É interessante, porque sabíamos - e de alguma forma o Poder Executivo sinalizava - das possibilidades que esse projeto tinha, diferentemente - eu dizia isso no início - do governo a que fiz oposição nesta Casa. Esse governo não enviou à Assembleia; pediu que uma delegação desse aumento. Naquele momento, nós, da Oposição, colocamos nossa posição, mas, em momento algum, saímos com lista, com foto dos Deputados do PT e do PMDB que votaram contra as emendas que apresentamos ou que votaram favoravelmente à lei delegada para aquele aumento, sem conhecer os valores oferecidos pelo governo aos servidores. Tanto que os soldados ficaram com piso de R\$900,00 e os professores com piso de R\$200,00. Lamento que, em algum momento, essa greve seja utilizada para questão eleitoral ou eleitoreira. Alguns utilizam este momento para desconstruir figuras importantes. Espero que - e isso é busca de entendimento do Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente, da Mesa da Assembleia e do Deputado Doutor Viana - tenhamos aqui o entendimento da Secretária Renata Vilhena com os líderes da greve. A greve é legítima, as solicitações são legítimas, e temos a expectativa de chegar a um entendimento na manhã desta quarta-feira. Sr. Presidente, aproveito para agradecer a votação de nosso projeto, que trata da preservação e da promoção do patrimônio ferroviário do Estado de Minas Gerais. A ferrovia é importante para o nosso Estado. Somos sensibilizados permanentemente por estruturas tão importantes da história de Minas Gerais, como as estações, os pontilhões e as rotundas. Outro dia, tive a oportunidade de passar pela rotunda de Ribeirão Vermelho, que deverá ser restaurada, e é uma das maravilhas do patrimônio ferroviário do Estado. É com satisfação que vejo, neste momento, o início das obras de restauração da Estação de Velho da Taipa, pertencente ao Município de Conceição do Pará, divisa com Pitangui, onde meu avô serviu no telégrafo e meus tios foram chefes de estação. As obras são realizadas com recursos do governo do Estado liberados pelo Governador Anastasia. É bom ver a restauração daquela estação histórica. Ali, havia oficinas para restauração de locomotivas e a grande parada de trens que iam em várias direções, como de Belo Horizonte para Bom Despacho. Convivemos com tudo isso, mas lamentamos a perda desse patrimônio, que está sendo destruído. Praticamente não vemos esforço para a preservação desse patrimônio tão rico para Minas e para a nossa história. Viajando, vou observando os caminhos que eram feitos pelos trilhos, pelos trens, hoje abandonados. Estruturas importantes como o túnel de Alto Jequitibá, passando por Manhumirim, belíssimo, como outras estruturas tão importantes que lembram a história de Minas Gerais. Brincava com o Deputado Padre João que a Oposição estava em obstrução legítima, coisa que fiz como Deputado opositor nesta Casa. Disse ao Deputado Padre João para deixar o trem sair, esse trem da nossa história, da preservação da nossa memória, do patrimônio ferroviário, dessa cultura tão importante do transporte ferroviário, tão importante para a história do nosso Estado. O projeto passou em 1º turno. Esperamos que seja aprovado em 2º turno e que possamos contribuir para esse esforço de tantas ONGs e parlamentares que trabalham pela preservação do patrimônio do transporte ferroviário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, primeiramente cumprimentamos o Deputado João Leite, autor do projeto. A preservação do patrimônio de todas essas expressões de trabalho, às vezes até de arte, é de fundamental importância. Nosso grande desafio, Deputado João Leite, é resgatar o transporte ferroviário, com uma logística mais barata, que vai garantir o desenvolvimento regional e tirar esse transporte pesado das nossas rodovias, diminuindo os acidentes. Não tenho dúvida disso. Votamos também um projeto importante do Deputado Mauri Torres, de doação de imóvel para a Universidade Federal de Ouro Preto para a construção de mais um câmpus da universidade federal em Monlevade. A expansão das universidades possibilita o acesso de nossa juventude ao curso superior. Entre outros projetos que votamos, está o do Tribunal de Justiça, Sr. Presidente, que não é o que gostaríamos que fosse, mas é o que foi possível em relação à competência da Casa. Aqui, de certa forma, preservamos o Presidente do Tribunal de Justiça de não votar essas emendas. Agora esperamos que haja, por iniciativa dele, o envio de um projeto de lei específico, garantindo essa recomposição salarial e justiça para os próprios servidores do Tribunal de Justiça. Houve uma facilitação desta Casa na criação de 54 cargos para os Desembargadores, e tínhamos ali uma sinalização clara, um compromisso por escrito do Desembargador Sérgio Resende, Presidente do Tribunal de Justiça, de acolher essa recomposição de 10,14%. É esse compromisso que temos também com a gestão do Presidente da Casa, o que esperamos que ocorra amanhã. Apostamos que será um dia frutuoso. Pela manhã, teremos a reunião com a Secretária de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena, com uma interlocução nossa. Fizemos uma reunião com o Governador, mas não conseguimos avançar. Os movimentos cresceram nas ruas, uma greve legítima. Na verdade, se olharmos o contracheque de uma servicial, encontraremos o piso de R\$280,00. Falam muito de R\$319,00. Dez por cento de R\$319,00 é muito pouco. Dez por cento de R\$280,00 é apenas R\$28,00, o que dá um total de R\$308,00, ainda muito abaixo do salário. Essa é a questão que está em jogo. Base de Governo e Oposição, temos que ter essa sensibilidade. Isso extrapola o discurso da tribuna. Nossas ações têm que extrapolar. Temos que externar ações mais concretas para garantir justiça aos trabalhadores da educação. Nossa esperança é avançar amanhã no entendimento. Foi muito importante a Secretária se dispor a vir a esta Casa, onde estaremos também discutindo em audiência pública a greve da Unimontes e do Hospital Universitário. É papel desta Casa mediar uma situação delicada, esse impasse no diálogo do Executivo com os trabalhadores da educação. Então, parabeno aqui o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa, por contribuir para a abertura do diálogo. E ainda amanhã teremos esse avanço com o Tribunal de Justiça. Sinto-me um pouco enganado, porque houve a acolhida das emendas, houve a tramitação, houve um ofício do Desembargador, e, de repente, veio esse impasse de somente fixar a data-base, e não poder acolher a recomposição salarial. Espero que, como hoje, o dia de amanhã também seja frutuoso. Muito obrigado, Presidente.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 12, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem - Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos Deputados Tiago Ulisses, Pinduca Ferreira, Carlin Moura (2) e Dalmo Ribeiro Silva; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.194/2010; aprovação com a Emenda nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.100/2009; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2009; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.559/2009; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Questão de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, nas galerias, de alunos do curso técnico de Turismo do Cefet-MG que integram o projeto Educação para a Cidadania. Tenham todos uma boa estada na nossa Assembleia, que é a Casa do povo.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questões de Ordem

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, estou um pouco preocupado com alguns acontecimentos ligados à Direção de Distribuição e Comercialização da Cemig. Desejo convocar, para vir à Assembleia Legislativa, o Diretor de Distribuição e Comercialização. Diante disso, indago a V. Exa. se o melhor caminho seria fazer um requerimento diretamente à Mesa, para o Plenário convocar o referido Diretor, ou se seria melhor fazer essa convocação por meio da Comissão de Fiscalização Financeira. Solicito a V. Exa. que encaminhe a resposta ao meu gabinete. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença, na porta da Assembleia Legislativa, dos servidores da Unimontes que estão em greve em defesa da educação. Há uma pauta de reivindicações construída ao longo do tempo e várias promessas não foram cumpridas, culminando com uma greve que conta com o apoio de toda a comunidade escolar. Os servidores solicitam concurso público para especialistas, mestres e doutores; o fim da discriminação contra os professores efetivados pela lei complementar sem o direito ao desenvolvimento na carreira de docente; o reconhecimento vedado aos professores efetivados; a incorporação de gratificação ao salário-base, visto que, ao se licenciar ou se aposentar, o professor da Unimontes perde a metade dos seus rendimentos; a criação de políticas assistenciais aos estudantes, como moradia estudantil - a Universidade Federal de Uberlândia iniciou a construção de moradias estudantis, luta nossa histórica e grande conquista do governo Lula -; e aumento da quantidade de bolsas de iniciação científica - somente 2% dos estudantes recebem bolsa. Os funcionários técnico-administrativos reivindicam reajuste salarial, uma vez que vivem em situação vergonhosa, recebendo menos de um salário mínimo, um verdadeiro absurdo em Minas Gerais. A nossa total solidariedade aos professores, aos servidores, aos estudantes da Unimontes. Receber menos de um salário mínimo não é aceitável. Aliás, essa é a situação dos servidores da educação em Minas, que estão em greve há mais de 30 dias. Fica aqui também o nosso apoio a todos os professores. Ontem, milhares de professores de todos os cantos do Estado, com muita energia, garra, firmeza e determinação, fizeram uma mobilização maravilhosa. O governo duvidou de que isso seria possível, mas os servidores levantaram a cabeça, pois chegaram ao fim do poço. Não há lógica receberem menos de um salário mínimo. Isso é uma vergonha para o nosso Estado, uma das maiores economias do País. O nosso orçamento ultrapassou R\$40.000.000.000,00, crescendo praticamente três vezes. O Deputado Carlin Moura disse ontem muito bem que os gastos com educação caíram praticamente pela metade. Como os gastos caíram pela metade, e o orçamento do Estado praticamente aumentou três vezes? Não há lógica alguma nisso. Há dinheiro para construir Centro Administrativo e para adquirir caveirão. Aliás, o Sapori, ex-Subsecretário de Defesa Social, criticou a postura do Estado, afirmando que é o maior absurdo do mundo o governo comprar caveirão. Agora, às 9h30min - estou saindo deste Plenário e indo para lá -, haverá uma reunião entre o Presidente da Assembleia Legislativa, a Secretária Renata Vilhena, os representantes do Sind-UTE e do Bloco de Oposição desta Casa, para buscar uma proposta que resolva a situação dos servidores. A greve não atende ninguém: não atende os interesses dos estudantes nem dos professores nem do governo. O que precisa ser resolvido? O governo tem de cumprir a lei. Se a lei federal estabelece piso nacional para o magistério, isso tem de ser cumprido, não se discute. E o piso é de R\$1.312,00. Os servidores querem que a lei seja cumprida, respeitada. Fica aqui a nossa solidariedade, o nosso apoio incondicional. Parabenizo o Sind-UTE, a Bia, todas as subsedes do Estado, que dão exemplo de cidadania, com forte movimentação nos atos em Belo Horizonte. Muito nos orgulha essa organização dos professores. Se queremos o crescimento do nosso país, temos de investir em educação. Quero aproveitar a ocasião para parabenizar os servidores do Judiciário que bravamente lutam pelos seus direitos. Quero manifestar o meu total apoio a eles, que farão uma grande

assembleia hoje, solicitando que o Tribunal de Justiça cumpra a lei aprovada nesta Casa referente ao adicional de desempenho retroativo a 1º de janeiro. O Tribunal não pode mudar isso por meio de resolução, pois a resolução não está acima da legislação. Ontem foi aprovado o projeto da data-base. Espero que o Tribunal de Justiça encaminhe lei específica o mais rápido possível, para que seja cumprido o compromisso com os servidores do Judiciário. Finalizando, parabenizo o Serjusmig, o Sindjus pela luta em defesa da categoria. Nossa total solidariedade também aos servidores da Unimontes e aos professores que estão em greve há mais de 30 dias.

O Deputado Carlos Mosconi - Muito obrigado, Sr. Presidente. Anteontem, na minha terra, Andradas, foi sequestrado o jovem empresário Ademir Trevisan Júnior, pessoa muito estimada, querida e conceituada na cidade, bem como toda a sua família. A cidade ficou totalmente consternada por um crime dessa dimensão. O jovem empresário foi retirado da sua loja - ele tem uma revenda de caminhões - e levado embora com três funcionários. Esses foram sendo deixados em locais diferentes, ficando finalmente retido só o jovem empresário Ademir, em local evidentemente não sabido nem conhecido. A polícia mineira, Sr. Presidente e meus caros Deputados, mais uma vez mostrou a sua grande eficiência e o seu preparo para resolver crimes dessa natureza. O Deesp de Belo Horizonte foi acionado e, imediatamente, transferiu-se para o Sul de Minas. Então, quero parabenizar a ação rápida, firme e enérgica do Deesp, chefiado pelo Delegado Islande Batista, e também cumprimentar o Dr. Antônio Carlos Faria, Delegado Regional de Poços de Caldas, o qual também se mostrou eficiente e rápido para resolver um problema dessa natureza. O sequestro durou apenas um dia, tendo sido o jovem empresário Ademir Trevisan Júnior rapidamente salvo, sem traumatismos graves. Ele teve alguns ferimentos, mas felizmente o sequestro foi resolvido em apenas um dia. A polícia de Minas Gerais entrou no Estado de São Paulo, e o cativo foi descoberto em uma chácara, nas imediações das cidades de Mogi Guaçu e Mogi Mirim. A polícia invadiu essa chácara com absoluta segurança, sem colocar em risco a vida do sequestrado que lá estava, conseguiu prender todos os sequestradores e retirar são e salvo o jovem empresário. Então, Sr. Presidente, quero deixar aqui os meus cumprimentos e parabéns ao Deesp, que foi absolutamente eficiente nessa ação com o Delegado Regional e as Polícias Militar e Civil da nossa região de Poços de Caldas. Era isso o que gostaria de dizer, Sr. Presidente, manifestando os meus cumprimentos à eficiência da polícia mineira. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, quero fazer o registro de quatro importantes audiências e reuniões que a Casa realizará no dia de hoje, ressaltando o papel do Legislativo. A primeira delas é a reunião com o Sind-UTE, na Sala da Presidência, a fim de reabrir a negociação e o diálogo com o governo do Estado, para que possamos atender às justas reivindicações dos professores e professoras da rede estadual de ensino. Essa audiência foi intermediada pelo Bloco PT-PMDB-PCdoB e contou com a compreensão e a sensibilidade do Presidente da Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho. Outra importante reunião, Sr. Presidente, acontecerá na Comissão de Educação, que receberá a Unimontes, que também está em greve. Muitas vezes, a imprensa e a grande mídia não a mencionam, mas os seus professores estão em greve. Então, este é um momento importante para ouvirmos as reivindicações dos professores e estudantes. É a Casa, mais uma vez, intermediando esse diálogo e essa negociação. O terceiro ponto importante é que, ontem, o Presidente da Casa, reunido com os servidores do Tribunal de Justiça, também se comprometeu a demover e convencer o Presidente do Tribunal a enviar a esta Casa um importante projeto para fazer a recomposição salarial dos funcionários, os 10,14%. Precisamos de urgência no envio desse projeto a esta Casa, o qual é fundamental. O Legislativo e o Deputado Alberto Pinto Coelho assumiram a postura firme de sensibilizar o Presidente do Tribunal de Justiça para que envie esse projeto para cá. E a quarta audiência ocorrerá na Comissão de Defesa do Consumidor, em que esta Casa também discutirá a situação que ainda não está devidamente esclarecida: o contrato formulado pelo governo do Estado com o Banco do Brasil, que criou para esse banco um monopólio no pagamento de consignação e no pagamento mensal dos servidores públicos. Isso está desrespeitando a ordem econômica e financeira brasileira e a economia de mercado. Na Comissão de Defesa do Consumidor, teremos a oportunidade de entender melhor o que está por trás desse nebuloso contrato firmado pelo governo do Estado com o Banco do Brasil. Será essa uma oportunidade ímpar para esclarecermos essa situação do contrato. Por fim, Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar a presença de alunos do curso de Turismo do Centro Federal de Educação Tecnológica - Cefet. Esse registro se torna importante, porque o governo do Presidente Lula retomou o curso profissionalizante no Brasil. No passado, há pouco mais de oito anos, um Presidente sociólogo quis acabar com o ensino profissionalizante, acabar com o ensino técnico por aquele famigerado Decreto nº 200. Mas o Presidente Lula retomou o ensino profissionalizante. Hoje o País possui quase 400 unidades do Cefet e dos Institutos Federais - IFs - e Ifets, retomando a pujança do ensino técnico profissionalizante. E já estão em construção mais 600 unidades. Nos próximos anos, teremos mil novas escolas técnicas federais preparando os estudantes brasileiros, os jovens brasileiros para o mercado de trabalho, para ajudar a construir uma economia forte, um Brasil forte, que crescerá com a média anual de 7% ao ano. Nos próximos 10 anos, o Brasil estará incluído entre as cinco maiores potências econômicas do mundo. Mas isso só será possível com cursos profissionalizantes que preparam a nossa juventude para o mercado de trabalho. Ressalto, de forma especial, o curso técnico de Turismo, pois o Brasil será o centro do esporte mundial nos próximos 10 anos, com a realização da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas e Para-Olimpíadas em 2016. Receberemos muitos turistas neste país, o turismo será uma grande indústria fomentadora do desenvolvimento econômico. E, para tanto, vamos precisar, mais do que nunca, de turismólogos, de técnicos em turismo para receber as delegações estrangeiras e apresentar o nosso país ao mundo e para fazer com que o Brasil cresça. Deixo aqui esse registro. Parabenizo os alunos, a direção do Cefet e, especialmente, o nosso caríssimo, queridíssimo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, em nome do meu partido, o PDT, queremos manifestar apoio aos servidores do Tribunal de Justiça, que estão nessa luta há vários dias, marcando presença em várias reuniões e defendendo, com muita propriedade, os seus direitos - data-base, reajuste e estabilidade. Espero que, após as ações do nosso Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, o Presidente do Tribunal de Justiça envie a esta Casa um projeto, pois a sua autoria não pode ser deste Legislativo e, sim, do Judiciário. Tão logo chegue, daremos celeridade e apoio a esse projeto. Aliás, sou autor de um projeto que está na Casa há seis anos. Refiro-me ao projeto de minha autoria que determina que o Estado retire qualquer tipo de taxa e impostos, ICMS, dos carros dos Oficiais de Justiça. Muitas vezes, esses funcionários têm de fazer diligência com o próprio carro, sem nenhum incentivo, pagando até o combustível. Nesse rol de negociações, vamos tentar emplacar o nosso projeto, que beneficiará centenas de Oficiais de Justiça no nosso Estado. Relativamente à Unimontes, entendo que o movimento já preocupa toda a comunidade universitária do Norte de Minas Gerais. A Unimontes é uma universidade extremamente importante para o desenvolvimento do Norte de Minas. As reivindicações se baseiam em três itens, e um deles é dos estudantes e se refere à futura construção do restaurante universitário, que trará enormes benefícios a milhares de pessoas que ficam no câmpus da Unimontes de Montes Claros. Mas eles reivindicam alojamento universitário, o que é muito justo. Muitas pessoas que estudam na Unimontes são carentes e não podem pagar aluguel de um apartamento. Toda grande universidade tem serviço de alojamento para alunos, o que esperamos ver concretizado na Unimontes, assim como outras reivindicações. Por seu lado, os serventuários, com muita propriedade, reivindicam alguns direitos que não lhes são facultados. Com relação aos professores, as reivindicações são as mais justas. V. Exa. é egresso da nossa Unimontes e sabe da importância daquela universidade para Minas Gerais. O Norte de Minas e o Noroeste têm dois marcos muito nítidos na sua história: antes da Unimontes e depois da Unimontes. A Unimontes é um fator de desenvolvimento e progresso para a região e precisa de aporte muito maior de recursos. Aliás, temos uma proposta de emenda à Constituição votada há quatro anos e promulgada que estabelece o custeio do estudo universitário público em Minas Gerais. Infelizmente foi impetrada uma ação direta de inconstitucionalidade, que está no Supremo Tribunal Federal. Espero que essa Adin não prospere e, a partir daí, a exemplo do que aconteceu em Santa Catarina, a Unimontes e a Uemg recebam 1% das receitas correntes do Estado para financiamento do ensino superior. Sabemos perfeitamente que o Governador Antonio Augusto Anastasia tem todo o interesse em receber tudo isso. A Assembleia vai intermediar esse contato. O que não pode é ficar como está. Muitas vezes pessoas que não têm nada com a Unimontes, que não conhecem nada dessa instituição, na politicagem vêm fazer demagogia neste microfone. Temos todo o interesse e o dever de apoiar a Unimontes, principalmente no ponto em que os mestres que estão na Unimontes não recebem como tal, sendo que o mestre ou doutor que entra na Unimontes agora passa a receber, imediatamente, o salário de mestre ou doutor. Essas anormalidades precisam ser corrigidas. Espero que possamos encontrar o ambiente mais fértil possível para discutir essas reivindicações com responsabilidade e para fazê-las prosperar, colocando fim a uma greve justa, mas que tem atrapalhado muito o estudo universitário do Norte de Minas e do nosso Estado. Deixo o nosso apelo à Secretária Renata, para que abra a mesa de negociação. Esperamos que, nesta reunião de hoje, possamos intermediar esse contato e colocar um ponto final nesse episódio o mais rapidamente possível. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, estivemos presentes na votação de ontem à noite. Já fizemos isso ontem, mas quero, mais uma vez, reiterar o nosso apoio aos servidores do Judiciário, cumprimentar a liderança da Serjusmig e falar da nossa convicção de que passou da hora: precisamos realmente de uma revisão salarial e da aprovação do 4.389. (- Palmas.) Alerta-me ali o Deputado Ademir Lucas: é claro que falo em nome do PSDB e da base do Governador Aécio Neves. Temos essa convicção e estamos trabalhando para isso. E mais, estaremos também trabalhando no diálogo com o Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Sérgio Resende, figura que respeitamos muito, para

que possa, o mais breve possível, encaminhar também o projeto de lei de reajuste salarial, para que possamos votá-lo. Aproveito, Presidente, a presença dos servidores do Judiciário e dos demais colegas tanto da base quanto da Oposição para esclarecer, mais uma vez, o que eu não diria ser um mal-entendido, porque já está virando perseguição - e a essa questão o cidadão deve estar atento. Estamos em ano eleitoral e começa-se a fazer um jogo que não é democrático nem justo. É o fato de virem dizer que grande número dos Deputados desta Casa, quase que a grande maioria, especificamente todos aqueles da base de governo teriam votado contra o aumento ou o projeto de lei de aumento para os servidores da educação. Temos um exemplo claro: os servidores do Judiciário estão acompanhando e são testemunhas. Se pudéssemos votar agora um aumento para eles com fundamentação legal; se pudéssemos fazer isso sem nos importar com o que pensa o Presidente do Tribunal de Justiça e se ele enviará ou não o projeto; se tivéssemos esse poder... É como se o Deputado Estadual estivesse acima da Constituição brasileira. Eles passam uma mentira para a população, uma coisa absurda. Dizem que nós, Deputados desta Casa, votamos contra os professores. Todos os Deputados votaram a favor do aumento para os professores. Por que estão fazendo essa ceulema? Porque, de maneira proposital, apresentaram uma emenda inconstitucional, que cria uma situação delicada. A escolha era pior que "A escolha de Sofia"; era dar ou não aumento para os servidores da educação e para os demais. Por que digo isso? Havia um projeto de lei do governo do Estado, que é quem tem autoridade para propor aumento de acordo com a Constituição brasileira. Quem pode tomar a iniciativa de propor aumento para os servidores é o governo do Estado; no Município, é o Prefeito; e, em nível nacional, é o Presidente Lula, em Brasília.

O Governador mandou um projeto de lei para reajustar o salário dos servidores. Todos votamos a favor e todos queremos mais, inclusive tentamos negociar o máximo possível. Entretanto, só é possível aumentar se houver anuência do Executivo. Colocou-se a alternativa de uma emenda inconstitucional. Se fizéssemos a opção de não votar o projeto do Governador e de votar a emenda inconstitucional, que dava um aumento maior, nossa votação seria nula, inócua. E o que é pior: o prazo para se conceder aumento estava terminando, por causa da lei eleitoral; não conseguiríamos nada; seria o mesmo que votar contra o aumento dos servidores, conforme orientação da assessoria jurídica e da Constituição.

Presidente, estou indo para uma reunião na Presidência desta Casa para acompanhar, como Líder da Maioria, um trabalho de diálogo com o Executivo, com a Renata Vilhena, Secretária de Planejamento, porque defendemos um reajuste maior para os servidores da educação e também para outros, da mesma forma que estamos defendendo reajuste do salário dos servidores do Judiciário. Queremos e sabemos que é justo. O salário que votamos como piso remuneratório, somando-se todos os benefícios e conquistas de muitos anos, ficou em R\$935,00 para 24 horas semanais. Reconhecemos que ainda é pouco, até porque inclui conquistas de muitos anos. É certo que houve avanço, houve reajuste, mas ainda pequeno para o que desejamos para os nossos professores e para todos os profissionais da educação. Dizer que votamos contra o projeto não é verdade, além disso é covardia, pois se trata de uma atitude estritamente politiqueria, cujo objetivo é jogar o cidadão contra os Deputados dos partidos que apoiam o Governador Aécio Neves e o Governador Anastasia. Uma coisa é termos opiniões diferentes e haver disputa eleitoral; outra é usar a mentira para influir no voto dos cidadãos, para lhes dizer que determinado Deputado votou contra os professores. Isso é mentira. Sempre votei a favor de todo reajuste salarial, seja para professor, seja para qualquer outra categoria do serviço público. Todos ainda estão muito longe de ganhar o que seria justo. Porém, não adianta nos cobrar a aprovação de uma emenda de determinado Deputado da Oposição, que a fez por demagogia, para dizer à plateia que deseja dobrar o salário dela. Ora, se optarmos por esse caminho, deixamos de votar o que é legal, o que é possível de ser praticado e votaremos algo que será nulo, que não terá efeito e será pior para todos os servidores e, especialmente, para os professores. Reitero que estamos tentando, de todas as maneiras, abrir um canal de diálogo com o governo do Estado, porque desejamos planejamento. O plano decenal, por exemplo, que planeja a educação para o futuro, deve estabelecer garantia de reajustes com ganho real todo ano, acima da inflamação. Dessa forma, corrigimos de fato o salário dos professores, e todos os Deputados concordam com isso. Não há sequer um Deputado que seria capaz de votar contra reajuste para professores. Estamos em ano eleitoral e fica esse jogo político, tentam incriminar as pessoas acusando-as de algo que não é verdade. Estou indo para a reunião onde também estará o Líder do governo, e nos empenharemos para abrir um canal de diálogo, porque a greve também é ruim para os professores, para os alunos, para todos. Por meio do diálogo, esperamos achar uma maneira de o governo mandar um novo projeto, de melhorar para os professores, e tenham a certeza de que terá a nossa aprovação por unanimidade. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 1.398/2007, 2.490 e 2.955/2008, 3.056/2009 e 4.207/2010, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Vem à Mesa requerimento do Deputado Tiago Ulisses solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 4.194/2010 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de votação. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Pindaça Ferreira solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.762/2007 seja apreciado em último lugar entre as matérias em fase de votação. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Carlin Moura solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 4.316/2010 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Carlin Moura solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 3.857, 3.858 e 4.083/2009, 4.144 e 4.257/2010 sejam apreciados, nessa ordem, antes do Projeto de Lei nº 1.762/2007. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva solicitando a inversão da pauta desta reunião de modo que os Projetos de Lei nºs 3.654 e 3.391/2009 sejam apreciados, nessa ordem, logo após o Projeto de Lei nº 4.316/2010. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.194/2010, do Deputado Tiago Ulisses, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 18.490, de 3/11/2009. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam com se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.194/2010 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Grama. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.449/2009 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.559/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.559/2009 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, após a aprovação de três projetos e meio, e havendo várias comissões funcionando neste momento, V. Exa. pode verificar, de plano, que não há quórum para a continuação dos nossos trabalhos. Portanto, peço a V. Exa. o encerramento, de plano, desta reunião, por falta de quórum.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência encerra, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.412/2010, uma vez que permaneceu na ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 6/5/2010

Às 10h15min, comparece na Câmara Municipal de Ouro Preto o Deputado Alencar da Silveira Jr., membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as potencialidades turísticas do Município de Ouro Preto e região, visando especialmente à Copa do Mundo de 2014. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Silvana Nascimento, Coordenadora do Programa de Turismo de Negócio e Eventos da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais - Setur -; Iracema Ana D'arc Pedrosa, Superintendente Regional de Ensino de Ouro Preto; Regina Braga, Vereadora da Câmara Municipal de Ouro Preto; Cecília Alfnas, Vice-Presidente do Circuito Turístico do Ouro, representando o Sr. Ubiraney de Figueiredo Silva, Presidente; Déa Caldas Niquini, Vice-Presidente do Conselho Empresarial de Turismo da ACMinas, representando o Sr. Roberto Luciano Fagundes, Presidente; e os Srs. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Prefeito Municipal de Ouro Preto; Júlio Ernesto de Grammont Machado de Araújo, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto; Maurílio Soares Guimarães, Secretário de Estado Adjunto de Turismo, representando Érica Campos Drumond, Secretária de Estado de Turismo; Baques Vladimir Carvalho Sanna, Diretor-Geral do Instituto Estrada Real; Antônio Carlos de Oliveira, Secretário Municipal de Governo de Ouro Preto; Francisco de Assis Gonzaga da Silva, Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Ouro Preto; Jaime Fortes, Assessor Especial de Gabinete da Prefeitura Municipal de Ouro Preto; Mauro Werkema, Assessor da Setur; e Ten.-Cel. PM Welton José da Silva Barreto, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2010.

Alencar da Silveira Jr., Presidente.

Ata da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 6/5/2010

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de discutir a situação de 160 famílias moradores do Residencial Santa Luzia, em Contagem, beneficiárias do Programa de Arrendamento Residencial - PAR -, e cujas taxas de manutenção de condomínio têm sofrido aumentos considerados abusivos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2010.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini - Carlin Moura - Padre João.

Ata da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 11/5/2010

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Délio Malheiros. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, o credenciamento, pelos órgãos competentes, dos Centros de Formação de Condutores no Estado, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Lincoln Portela, Deputado Federal, encaminhando solicitação dos representantes dos Servidores Administrativos da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - Sindipol - para que essa Comissão apoie a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 60/2010, que tramita nessa Casa, bem como o teor da emenda elaborada pelo Sindipol ao referido projeto; e de ofício do Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil, publicado no "Diário do Legislativo" no dia 6/5/2010. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, das quais designou como relatores os Deputados e a Deputada citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.409 e 4.424/2010 (Deputado Rômulo Veneroso), 4.468/2010 (Deputada Maria Tereza Lara), e 4.469/2010 (Deputado Tenente Lúcio). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir

a Sra. Rafaela Gigliotti Brandi, Delegada de Polícia e Chefe da Assessoria Jurídica do Detran, e os Srs. Leonardo Duque Barbabela, Promotor de Justiça e Coordenador das Promotorias do Patrimônio Público; Anderson França Menezes, Delegado Chefe da Divisão de Habilitação, representando o Sr. Oliveira Santiago Maciel, Delegado-Geral de Polícia, Chefe do Detran; Ramon Sandoli, Delegado de Polícia e Coordenador de Operações Policiais do Detran; Dener de Oliveira, Agente de Polícia e Chefe da Central de Registro Nacional de Condutores Habilitados; Rodrigo Fabiano da Silva, Presidente do Sindicato dos Proprietários de Centro de Formação de Condutores de Minas Gerais; e Jacques Eduardo Vilaça, Presidente da Associação da Autoescolas de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.920, 5.927, 5.949, 5.950, 5.951, 5.952, 5.953, 5.954 e 5.986/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados João Leite, Tenente Lúcio e Rômulo Veneroso (3) em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública no Município de Caxambu para debater com a comunidade as causas e possíveis soluções contra a violência na região; seja realizada reunião com convidados para debater formas de combater a "saldinha de banco"; e seja realizada reunião com convidados para debater as formas de combater o crime de "falso sequestro", aplicado através de ligações telefônicas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2010.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Rômulo Veneroso.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 17/5/2010, destinada à comemoração dos 30 anos de fundação da Associação dos Engenheiros do DER - MG - Assender.

Palácio da Inconfidência, 14 de maio de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2010, às 8h30min, no Plenário, com a finalidade de realizar debate público com convidados, com o tema "Ciência, tecnologia e inovação em Minas Gerais".

Sala das Comissões, 14 de maio de 2010.

Ruy Muniz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2010, às 10 horas, na Câmara Municipal de Vespasiano, com a finalidade de debater, em audiência pública, questões relativas à segurança pública no Município e região e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2010.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fahim Sawan, Antônio Genaro, Delvito Alves e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/5/2010, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, as ameaças e perseguições sofridas pelos professores da rede estadual de ensino que lutam pela implementação no Estado, do piso nacional de R\$1.312,00 para o Magistério, com a presença de convidados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fahim Sawan, Antônio Genaro, Delvito Alves e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/5/2010, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater, em audiência pública com convidados, a omissão do poder público na fiscalização do transporte clandestino de escolares da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 1.030/2009

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.030/2009, da Associação dos Moradores e Amigos de Formiga – Amafor –, sugere seja apresentado projeto de lei que disponha sobre a proibição da cobrança de taxa de emissão de diploma de conclusão de cursos.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 22/10/2009, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta de ação legislativa em epígrafe, da Associação dos Moradores e Amigos de Formiga – Amafor –, sugere seja apresentado projeto de lei que disponha sobre a proibição da cobrança de taxa de emissão de diploma de conclusão de cursos. Para tanto, a proposta contém um anteprojeto, apresentado a título de sugestão para a confecção, por esta Comissão, do projeto de lei pretendido. O "caput" do art. 1º do anteprojeto proíbe as instituições públicas e privadas de ensinos fundamental, médio e superior de cobrar taxa pela emissão de diploma ou certificado de conclusão de curso. Segundo o parágrafo único desse artigo, é ressalvada a cobrança de despesas decorrentes da confecção em padrões de qualidade diferenciada. Os arts. 2º, 3º e 4º do anteprojeto dispõem, respectivamente, que caberá ao Procon-MG a fiscalização do cumprimento da lei; que o descumprimento da lei por parte das instituições de ensino importará as sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor; e que o valor arrecadado pelas multas emitidas reverterá ao Fundo para Infância e Adolescência de Minas Gerais.

A cobrança de taxa para a confecção de diploma tem sido motivo de discussão há vários anos no mundo educacional, notadamente entre as instituições ensino superior – IES – particulares e o Ministério Público Federal – MPF.

Em 11/10/2007, a Profa. Abigail França Ribeiro, então Consultora de Mantenedoras e Instituições de Ensino Superior e Coordenadora do Serviço de Controle e Registro Acadêmico da Fundação João Pinheiro, publicou, no sítio da internet especializado em educação "Editau", um artigo por meio do qual pretendia demonstrar a legalidade da cobrança dos custos referentes à emissão (confecção do documento e elaboração do processo) e ao registro do diploma. Para tanto, citava vasta legislação e apresentava a perda de eficácia das Resoluções CFE nºs 1/83 e 3/89, em razão da edição da Lei nº 8.170, de 17/1/91, também revogada, que estabelecia regras para a negociação de reajustes das mensalidades escolares e dava outras providências. O entendimento da Profª. Abigail França Ribeiro era que esse custo não poderia ser embutido no preço da mensalidade, da semestralidade nem da anuidade, pois não se podia cobrar por um serviço que não se sabia se seria executado. Qualquer aluno poderia desistir do curso, ter sua matrícula cancelada ou cancelá-la, transferir-se para outra IES, concluir o curso e nunca requerer a expedição do diploma.

Já o Ministério Público Federal - MPF - entendia que as expedições dos diplomas eram custeadas pelos próprios acadêmicos em decorrência de prestações pecuniárias pagas à instituição durante o período do curso. Dessa forma, o custo operacional deveria ser coberto exclusivamente pelo recebimento de mensalidades. Ademais, segundo o MPF, a imposição de taxa para expedição de diploma aos estudantes de instituições privadas, ao lado da não imposição aos estudantes de instituições públicas, ofende o princípio da igualdade incluso no art. 5º da Constituição da República, por ser desproporcional, injusto e anti-isonômico.

Em 28/11/2008, a Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro pediu que o Ministério da Educação – MEC – se manifestasse sobre a matéria. Em 19/3/2009, o MEC encaminhou à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CES-CNE - o Ofício nº 1.545/2009, submetendo à apreciação desse colegiado a consulta. A Câmara de Educação Superior manifestou-se contrariamente à cobrança de taxas por parte das IES públicas e privadas para a expedição e o registro de diplomas de cursos superiores. Essa decisão está contida no Parecer nº 11/2010, homologado em 1º/4/2010 pelo MEC. Para o CNE, a expedição e o registro do diploma são indissociáveis dos serviços educacionais prestados pela instituição, a não ser que a impressão tenha recursos gráficos especiais. Os custos para expedir e registrar o diploma devem estar inseridos no contrato de prestação de serviço.

A princípio, pode-se dizer que, no âmbito do ensino superior, é vedado qualquer tipo de cobrança. No entanto, por tratar-se de uma resolução do MEC, e dada a inexistência de uma lei formal, corre-se o risco de que esse direito seja assegurado somente aos que ingressarem em juízo contra as IES que efetuarem a cobrança. Dessa forma, parece-nos conveniente a edição de lei estadual que garanta o direito de isenção dessas taxas em todos os níveis de ensino.

Conforme já salientamos, o anteprojeto apresentado pela Amafor prevê que será vedada às instituições públicas e privadas de ensinos fundamental, médio e superior a cobrança de taxa pela emissão de diploma ou certificado de conclusão de curso.

No que concerne à rede pública de educação básica do Estado, essa vedação já existe, na Lei nº 12.781, de 6/4/98, que proíbe a cobrança de taxa ou mensalidade em escola pública e dá outras providências. Segundo o art. 2º dessa lei, é "vedada a cobrança de taxa pela emissão de documento escolar, tal como declaração, certificado, guia de transferência ou diploma".

Dessa forma, torna-se desnecessária a vedação pretendida para as escolas públicas da educação básica, conforme estabelece o "caput" do art. 1º do anteprojeto apresentado.

Quanto aos arts. 2º, 3º e 6º, vimos-nos obrigados a suprimi-los, em razão de óbices de natureza constitucional, jurídica e legal. No que concerne ao art. 4º, seu acatamento implicará a alteração da Lei nº 14.086, de 6/12/2001, que cria o Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos – Fundif – e o Conselho Estadual de Direitos Difusos e dá outras providências.

O art. 2º do anteprojeto, ao atribuir ao Procon-MG a fiscalização pelo cumprimento da norma legal, imputa competência administrativa a órgão vinculado à esfera do Poder Executivo e, conforme entendimento já consolidado nesta Assembleia pelo princípio da separação dos Poderes, não pode ser objeto de deliberação legislativa.

O art. 3º propõe a aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor às instituições de ensino que descumprirem a lei. A relação existente entre o aluno e o estabelecimento escolar é contratual, de natureza cível, sendo regida pelo Códigos Civil e de Defesa do Consumidor. A Lei Complementar nº 78, de 9/7/2004, que dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis do Estado, conforme o previsto no parágrafo único do art. 63 da Constituição do Estado, determina em seu art. 11 que a remissão, na lei, a dispositivo de outro ato normativo incluirá, sempre que possível, a explicitação do conteúdo do preceito referido. Assim, o art. 3º do anteprojeto torna-se dispensável, na medida em que o Código de Defesa do Consumidor é a lei basilar na relação entre aluno e estabelecimento escolar, sendo desnecessário fazer remissão a ele no corpo da nova norma legal.

Quanto ao art. 6º do anteprojeto, que prevê a revogação das disposições em contrário, a Lei Complementar nº 78, no inciso VI do seu art. 3º, dispõe que a cláusula de revogação só será usada para indicar revogação expressa de lei ou dispositivo determinado. Assim, também o art. 6º se torna dispensável.

Finalmente, o art. 4º do anteprojeto estabelece a reversão do valor arrecadado com as multas para o Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência – FIA. Somos favoráveis ao seu acatamento, mas, para tanto, julgamos necessário alterar a Lei nº 14.086, que, entre outras providências, cria o Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos - Fundif. Esse Fundo tem como finalidade promover a reparação de danos causados ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e a outros bens ou interesses difusos e coletivos, bem como ao consumidor, em decorrência de infração à ordem econômica. Nos termos do art. 3º dessa lei, o Fundif será constituído, entre outros recursos, das indenizações decorrentes de condenações por dano causado a bem a que se refere o art. 1º da lei e das multas advindas do descumprimento dessas condenações. Dessa forma, o repasse pretendido pelo art. 4º do anteprojeto pressupõe uma alteração da lei do Fundif.

Conclusão

Diante do exposto, acolhemos a Proposta de Ação Legislativa nº 1.030/2009, por meio do projeto de lei anexo a este parecer.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2010.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Eros Biondini.

Projeto de Lei

Proíbe a cobrança de taxa para a expedição e o registro de diploma pelas escolas privadas de educação básica e pelas instituições públicas e privadas de ensino superior.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – É vedada às escolas privadas de educação básica e às instituições públicas e privadas de ensino superior a cobrança de taxa para a expedição e registro de diploma.

Parágrafo único – É ressalvada a cobrança de despesas para a confecção de diplomas cuja impressão, a pedido do aluno, necessite de recursos gráficos especiais.

Art. 2º – O inciso I do art. 3º da Lei nº 14.086, de 6 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º – (...)

I – as indenizações decorrentes de condenações por dano causado a bem a que se refere o art. 1º e as multas advindas do descumprimento dessas condenações, ressalvadas as multas advindas da cobrança de taxa para a expedição e registro de diploma, que reverterão ao Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência - FIA -";

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 762/2007

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Célio Moreira, a proposição em pauta dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular em estabelecimentos bancários.

Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria, vem agora o projeto a esta Comissão para que seja emitido parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XV, do Regimento Interno.

No decorrer da tramitação, foram anexados à proposição, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, os Projetos de Lei nºs 4.558/2010, do Deputado Walter Tosta, e 4.559/2010, do Deputado Délio Malheiros.

Fundamentação

A proposição em epígrafe dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular em estabelecimentos bancários. Sendo a popularização do uso de telefones celulares uma realidade visível de nossa sociedade, quotidianamente nos deparamos com cidadãos acionando seus aparelhos nas mais variadas situações e lugares, e torna-se uma necessidade preencher as lacunas na legislação de forma a estabelecer as normas indispensáveis para o uso adequado dessa nova invenção.

Destarte, diante das notícias divulgadas pela imprensa sobre as ocorrências, cada vez mais frequentes, de assaltos praticados por criminosos informados via celular, por seus comparsas, da movimentação de clientes que saem de agências bancárias portando valores em dinheiro, justifica-se a iniciativa parlamentar que objetiva estabelecer normas de conduta obrigatória capazes de impedir o uso socialmente nocivo dos telefones celulares.

Contudo, sendo a conduta desviante exceção, e não, regra, a proibição do uso de aparelhos celulares dentro de estabelecimentos bancários ou outros equipados com caixas eletrônicos provocaria grandes transtornos e eventuais prejuízos à esmagadora maioria de cidadãos honestos que, impedidos de utilizar seus aparelhos, teriam maiores dificuldades para efetuar suas transações financeiras, com possíveis repercussões nos fluxos comerciais das pessoas físicas e jurídicas, podendo tal medida comprometer até mesmo o funcionamento normal das agências.

Ademais, dispondo as agências bancárias, por força de lei federal, de equipes de segurança armadas e portas giratórias para detecção de metais, pode-se razoavelmente considerar que, estando os vigilantes devidamente treinados e atentos para essa nova modalidade de ação criminosa, os usuários das agências bancárias estarão suficientemente protegidos para o exercício normal e seguro de suas atividades.

Todavia, sendo a vida humana o valor supremo que o ordenamento jurídico visa preservar, compreende-se o alcance e a relevância da proposição em pauta, sendo também lícito supor que, em curto prazo, tanto os usuários quanto as agências bancárias se adaptarão às novas condições de uso dos telefones celulares, valendo-se dos evidentes benefícios dessa recente invenção tecnológica sem sofrer os prejuízos e malefícios provocados pelo seu uso indevido por criminosos.

Entendemos ser necessária uma maior discussão da matéria, envolvendo os diversos segmentos que serão afetados diretamente pela proposta.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 762/2007.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2010.

João Leite, Presidente - Rômulo Veneroso, relator - Maria Tereza Lara.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 13/5/2010, a seguinte comunicação:

Do Deputado Sávio Souza Cruz, notificando o falecimento da Sra. Rosa Maria Parreiras, ocorrido em 12/5/2010, no Município de Bonfim. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso à Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Cofal - pelos 30 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.742/2010, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao Sr. Júlio Gomes Ferreira por sua eleição para o cargo de Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Maquinismos, Ferragens, Tintas e Material de Construção de Belo Horizonte - Sindimaco (Requerimento nº 5.789/2010, do Deputado Ademir Lucas);

de apoio (a ser encaminhada aos Senadores da República) ao Projeto de Lei Iniciado na Câmara - PLC - nº 16/2010, em tramitação no Senado Federal, que distribui igualmente os "royalties" do petróleo, nos termos da Emenda nº 387 ao Projeto de Lei nº 5.938/2009 (Requerimento nº 5.836/2010, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Associação Agrícola Comunitária Universo Verde por seus três anos de fundação (Requerimento nº 5.848/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Comunidade Rural Muro de Pedras por seus nove anos de fundação (Requerimento nº 5.850/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas pelo transcurso de seu primeiro aniversário (Requerimento nº 5.861/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes);

de congratulações com a comunidade de Ibiraci pelos 86 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.862/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes);

de aplauso ao jornal "A Folha de Paraopeba" pelos cinco anos de sua fundação (Requerimento nº 5.877/2010, do Deputado Dinis Pinheiro);

de aplauso à Escola Estadual Professor Tonico Leite, do Município de Formiga, pelos 36 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.878/2010, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Sgt. BM Roverci Oliveira da Silva de Jesus por sua atuação no 8º Cross Country, realizado em Sabará (Requerimento nº 5.880/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o jornal "O Tempo" pelo lançamento da campanha Viver Mais (Requerimento nº 5.887/2010, do Deputado Inácio Franco);

de aplauso ao Sr. Ângelo Oswaldo, Prefeito Municipal de Ouro Preto, por ter criado em sua gestão o Serviço Municipal de Água e Esgoto - Semaé-OP, melhorando a prestação de serviço de água e esgoto e a qualidade de vida dos munícipes (Requerimento nº 5.899/2010, do Deputado Ivair Nogueira e outros);

de congratulações com o Sr. Nelson Missias de Moraes por sua posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Requerimento nº 5.901/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Flávio Batista Leite por sua posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Requerimento nº 5.902/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Escola Estadual Professora Elza Moreira Lopes pelos 25 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.905/2010, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Sr. Sebastião Helvécio Ramos de Castro, Conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais, pelo recebimento da Medalha do Mérito Legislativo, concedida pela Câmara Municipal de Juiz de Fora (Requerimento nº 5.906/2010, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com o Sr. José Antonino Baía Borges pelo recebimento da Medalha da Inconfidência (Requerimento nº 5.907/2010, do Deputado Wander Borges);

de aplauso ao Sr. Roberto Noronha Filho por sua posse como Presidente do Belo Horizonte Convention & Visitors Bureau (Requerimento nº 5.975/2010, da Comissão de Turismo);

de aplauso ao Sr. João Pinto Ribeiro por ter assumido a administração do Grande Hotel de Araxá (Requerimento nº 5.976/2010, da Comissão de Turismo).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 11/5/2010

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, cumprimento especialmente os servidores do Judiciário, os professores e trabalhadores do Estado de Minas Gerais, a quem dedico minha fala.

Hoje, chamou-me a atenção o fato de a imprensa, os jornais e a televisão divulgarem, Deputada Maria Tereza Lara, o crescimento de 22,6% do número de homicídios em Belo Horizonte.

Esses dados divulgados pela própria Secretaria de Defesa Social mostram que a Capital teve um registro de 22,6% em comparação com o ano passado, no primeiro bimestre. Foram assassinadas 115 pessoas em Belo Horizonte em 2009; e neste ano - janeiro e fevereiro - já foram assassinadas 141. Isso se refletiu em diversas regiões da Capital, especialmente na Centro-Sul, onde o número de homicídios era 18, mas houve um aumento de 350%. Deputada Maria Tereza Lara, por que estou falando sobre o registro do número de homicídios na Região Metropolitana? Porque esta Casa tem feito um esforço muito grande. Temos acompanhado a importante luta dos policiais militares e civis em Minas Gerais, que obtiveram aumento, reajuste, aposentadoria especial e adicional. Aliás, o Estado está investindo em novas viaturas e novos armamentos, mas isso não se tem refletido na segurança do cidadão. Algo deve estar errado neste Estado.

Hoje pudemos perceber, mais uma vez, o erro que está ocorrendo em Minas Gerais. Deputada Maria Tereza Lara, pela manhã, os trabalhadores da empresa Aethra Centauro - aliás, a maioria deles é jovem -, a qual fica ao lado do Carrefour, em Contagem, deflagraram greve pela melhoria das condições de trabalho e pela negociação da PLR. Pasmem os senhores e as senhoras! Numa simples greve de trabalhadores, na porta de uma fábrica de porte médio, havia 20 viaturas policiais, um aparato policial de guerra, toda a tropa de choque. Na verdade, eram tantos policiais que o trânsito ficou engarrafado na região do Carrefour. Resta-nos uma pergunta. Será que estamos equipando e dando aumento para os nossos policiais militares simplesmente para reprimir o movimento social e sindical em Minas Gerais? Será que essa é a lógica que está orientando o Governador Antonio Augusto Anastasia? Isso não faz sentido. Enquanto o número de homicídios está crescendo, vemos um aparato abusivo nas portas da fábrica. Mas isso não ocorreu só hoje. Há pouco mais de 15 dias, eu e o Deputado Durval Ângelo fomos convocados às pressas, de madrugada, para comparecermos à portaria de uma fábrica em Betim porque a Polícia Militar estava lá, aliás, fazendo segurança particular para as empresas, o que tem motivado uma investigação por parte do Ministério Público. Todas as vezes que o trabalhador vai exercer o seu legítimo direito de manifestação, ocorre um aparato policial exagerado. No Congresso Mineiro de Municípios, as professoras da rede estadual de Minas Gerais estavam fazendo legitimamente a sua manifestação, quando foram recebidas com "spray" de pimenta, professores foram agredidos no Expominas. Isso demonstra que este governo não tem compromisso com os movimentos sociais nem respeita o legítimo direito de manifestação.

Portanto faço esse registro de repúdio pela atitude da Polícia Militar hoje na porta da Aethra Centauro.

Não estou aqui fazendo repúdio pela figura do trabalhador da PM, mas sim à figura do Comando da PM em Minas Gerais, que tem um nome: Governador Antonio Anastasia. Nenhum policial militar, nenhum comandante age sem ordem expressa superior. A PM é hierarquizada, não toma atitude de sua própria cabeça. Há política de governo neste Estado que não respeita o movimento dos trabalhadores e dos servidores públicos.

Nesta oportunidade, antes de conceder aparte à ilustre Deputada Maria Tereza Lara, trago aqui a informação de que o Bloco PT-PMDB-PCdoB esteve, na semana passada, em reunião com o Governador Antonio Anastasia. Entre os pontos discutidos, estava a greve dos professores da

rede estadual de ensino. Confesso para as senhoras e para os senhores que voltamos completamente desapontados com a atitude do Governador, que tem sinalizado que não negociará com os professores, que não aplicará o piso salarial em Minas Gerais e que nem sequer reabrirá negociações. Adentrarei esse ponto especificamente, mas antes concedo aparte à ilustre Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Carlin Moura, concordo com V. Exa., porque, de fato, a polícia não pode, de forma alguma, ter como prioridade a repressão dos movimentos sociais. Realmente nossa comissão tem percorrido todo o Estado para fazer diagnóstico. A luta contra a violência, o crime e a droga é árdua. Precisamos unir esforços e não podemos aceitar essa situação. Como V. Exa. disse muito bem, o problema não é dos profissionais de segurança, que estão cumprindo ordem. O problema são os ordens do governo, que está usando a polícia para reprimir os movimentos sociais. Temos recebido inúmeros "e-mails" em relação aos profissionais da educação e já registramos aqui que nosso Bloco PT-PMDB-PCdoB apresentou emenda para que fosse pago o piso. Entretanto não conseguimos aprová-la. Estamos unidos aqui, Deputado, no combate a toda situação injusta em relação aos servidores públicos da segurança e da educação.

O Deputado Carlin Moura* - Agradeço o aparte da Deputada Maria Tereza Lara. Esclareço que nosso Bloco teve posicionamento muito claro na reunião com o Governador. Primeiro, temos a compreensão de que a negociação com os professores da rede estadual é perfeitamente possível, porque há a Resolução nº 21.054, do TSE, que determina que a aprovação pela via legislativa de proposta de reestruturação de carreira de servidores não se confunde com revisão geral de remuneração, portanto, não encontra obstáculo na lei eleitoral. O único obstáculo que existe é a data estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é o dia 30 de junho. Até essa data, se não for aumento geral para todos os servidores, se for para uma única carreira, é possível, sim, o governo do Estado negociar com os professores da rede estadual de ensino. Manifestamos esse posicionamento perante o governo do Estado.

O segundo ponto, com o qual não podemos concordar - discordamos da opinião do governo de Minas Gerais -, é o de que não é possível promover a aplicação do piso salarial dos professores porque o Estado estaria no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. É importante dizer que a educação, em Minas Gerais, em 2001, gastava 30,57% da receita corrente líquida. Em 2009, esse valor caiu para 14,82%. Os investimentos em educação nestes últimos oito anos caíram pela metade: de 30% da receita corrente líquida para 14%.

Em compensação, os investimentos em infraestrutura - leia-se Linha Verde, Centro Administrativo e outros gastos - aumentaram em 220% em relação à receita corrente líquida. Essa é a marca deste governo, que investe muito em palácios, mas não valoriza os professores e os servidores. A Lei de Responsabilidade Fiscal deveria exigir do governo do Estado que pelo menos recompusesse os investimentos nos mesmos patamares de 2001 e 2002, levando-se em conta que o gasto com o servidor público em 2009 está em 43% da receita corrente líquida. Portanto, há margem de, no mínimo, 6% sobre a receita corrente líquida para negociar com os trabalhadores da educação.

Esclarecemos que Minas Gerais insiste em não aplicar o piso nacional dos professores e induz a população a erro. Na verdade, como bem divulgou o Sind-UTE, o vencimento básico de professor com nível médio, em Minas Gerais, é de menos de um salário mínimo, é de R\$369,89, enquanto o vencimento básico do Auxiliar de Serviços de Educação Básica é de R\$363,83. Esse é o vencimento básico praticado em Minas Gerais, inferior ao salário mínimo. Quando o governo diz que paga o piso, está mentindo, porque paga teto salarial de R\$935,00, que prejudica o trabalhador que tem mais tempo na carreira, que não valoriza o trabalhador que tem melhor formação. Um professor com 15 anos de casa é prejudicado em relação àquele que tem 2 anos de carreira, por exemplo. Derruba-se a carreira do professor e os quinquênios, e aplica-se um teto.

No ajuste aprovado, nosso Bloco apresentou emenda, que foi derrubada por esta Casa. Tenho encontrado muitos colegas Deputados reclamando que apareceram no jornal do Sind-UTE como traidores da educação. Quero dizer a esses Deputados que ainda têm a chance de se redimir com os professores, pois está em pauta, nesta Casa, o Projeto de Lei nº 2.215/2008, que trata do Plano Decenal de Educação. Esse projeto foi aprovado em 1º turno, e parece que lhe deram sumiço em 2º turno. Se colocarem esse projeto em votação em 2º turno e aprovarmos o Plano Decenal de Educação, nele estará contemplada a Emenda nº 43, que também prevê o pagamento do piso salarial para os professores. A emenda diz: "Assegurar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, que o vencimento inicial das carreiras dos profissionais do magistério e de educação de Minas Gerais corresponda, no mínimo, ao valor determinado na Lei Federal nº 11.738 para uma jornada de 24 horas". Então, queremos aprovar o Plano Decenal de Educação no Plenário desta Casa a tempo para sanção do governo do Estado, ou seja, até o dia 30 de junho. Queremos valorizar o servidor público, o professor e o trabalhador. Ao invés de o Governador Antonio Augusto Anastasia encher as portas das fábricas com a polícia para bater em trabalhador, deveria aprovar o Plano Decenal de Educação para aplicar o piso salarial para os professores e valorizar o servidor de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados. Saudação especial aos trabalhadores do Judiciário e do Poder Executivo. Parabéns aos servidores do TJ, aqui representados pelos três sindicatos - Sinjus, Sindojus e Serjusmig.

Quero parabenizá-los pela união e pela unidade na luta. Mais do que ninguém, vocês sabem dos frutos desse entendimento, de que já desfrutam, pois, de certa forma, foi uma grande conquista a recomposição de 10,14%, que inicialmente sofreu a resistência do TJ. Mas, com a presença e a atuação de vocês nas galerias, foi possível, de início por emenda de nossa autoria, posteriormente respaldada pelo próprio TJ, por meio de mensagem enviada a esta Casa, garantir essa recomposição. Parabéns. Contem sempre conosco.

O segundo assunto que trago a esta tribuna, Sr. Presidente, é nossa solidariedade e apoio a mais de 1.200 famílias que ocuparam hoje a Sedru. Alguns estão dizendo que as famílias invadiram a Secretaria de Estado, mas discordo: na verdade, elas ocuparam, o que é bem diferente, uma Secretaria que é pública, do povo, ressaltando a importância da moradia para o Secretário, o governo e os Desembargadores, que amanhã decidirão pelo despejo ou não. São mais de 1.200 famílias dos acampamentos Dandara, Camilo Torres e Irmã Dorothy, que agora se encontram de certa forma assentadas, pois neste momento estão acampadas na Praça Raul Soares, onde ficarão até serem recebidas pelo Governador. O acesso à moradia digna é responsabilidade do Estado, que vem captando recursos do governo federal, por meio da Cohab, sem acrescentar qualquer valor a ele. Nosso Fundo de Habitação está parado, e é vergonhosa a situação em termos de moradia em Minas Gerais. Então nossa solidariedade e nosso apoio a essas famílias.

Nossa reivindicação ao Governador é que receba representantes dos acampamentos Irmã Dorothy, Camilo Torres e Dandara. Mas nosso apelo aqui é que se unam as duas lutas por dois direitos importantes, fundamentais: a moradia e a educação, como se faz nesta tarde, com um prestado solidariedade ao outro. Ressalto ainda a importância da participação, mesmo sendo de outra esfera, de outro Poder, dos companheiros e das companheiras do TJ, que também estão solidários, dando seu exemplo de união e unidade de ação, já em condição diferente, ou seja, na celebração de uma conquista. A luta dos trabalhadores da educação e das famílias pela moradia ainda é para que sejam ao menos recebidos. Não dá para entender, Deputado Vanderlei Miranda, a vaidade do nosso Governador, que nos recebeu de maneira respeitosa. O que destacamos para ele foi a importância de receber também os trabalhadores e as trabalhadoras da educação e as famílias desses acampamentos. Não se pode compreender; é vaidade insustentável. O Governador dizia-nos: "Não é de bom tom o Governador receber trabalhadores em greve".

Na verdade, não é de bom tom deixar de receber, fechar uma interlocução, não manter diálogo com o que há de mais precioso no Estado de Minas Gerais, os trabalhadores da rede pública, sobretudo os da educação. Sou grato às professoras e aos professores; somente estou aqui e tenho tranquilidade de falar em público graças a eles que me alfabetizaram e me deram condições de fazer os cursos de Filosofia e Teologia. Entretanto, os cursos fundamental e médio foram essenciais à minha vida. Hoje qualquer profissional depende da educação. Por exemplo, para

que um pedreiro entenda uma planta, ele depende da formação adquirida com seus professores. No entanto, existem equívocos por parte da imprensa ou de algumas pessoas do governo, que conseguem enganar os nossos próprios colegas Deputados. Na verdade, o que o governo estabeleceu é o teto, e não o piso salarial. Alguns auxiliares recebem um piso em torno de R\$280,00. Encontramos contracheques de auxiliares de serviços de cantinas com salário-base de R\$280,00. Isso não tem sido falado. O valor divulgado é de R\$369,00, porém há muitos contracheques com valor menor que esse. Esse é o salário-base! Os colegas Deputados devem entender que o salário-base é que dá sustentação à carreira e à sua progressão, garante o sustento do pensionista ou aposentado e dá um pouco de segurança a esses trabalhadores e trabalhadoras, Deputado Vanderlei Miranda. A nossa união e a do Bloco PT-PMDB-PCdoB é de fundamental importância para uma categoria essencial; aliás, iremos nos reunir às 16 horas.

Deputado Vanderlei Miranda, antes de conceder-lhe o aparte - o que farei com muita honra -, gostaria de esclarecer o equívoco do Desembargador Wander Marota. Deputado Carlin Moura, parece que esse Desembargador não foi bem nos estudos ou, quem sabe, faltou a algumas aulas importantes, pois coloca a educação como serviço essencial, de acordo com a Lei de Greve. A educação é um serviço importante, fundamental, mas, de acordo com a Lei de Greve, não se enquadra no serviço essencial, o qual deve ter o mínimo de funcionamento. Desembargador Wander Marota, V. Exa. concede uma decisão pela ilegalidade da greve fundamentada no art. 11. Entretanto, esse artigo se reporta ao art. 10, segundo o qual "são considerados serviços ou atividades essenciais: tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; assistência médica e hospitalar; distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos; serviços funerários; transporte coletivo; captação e tratamento de esgoto e lixo; telecomunicações; guarda; uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares; processamento de dados ligados a serviços essenciais; controle de tráfego aéreo e compensação bancária". Desembargador Wander Marota, na Lei nº 7.783 não há nenhum inciso que inclua a educação como serviço essencial. Sr. Desembargador, como justificar, em sua decisão, que a educação seja um serviço essencial e como estabelecer multa diária de R\$10.000,00? Isso é um grande equívoco. Na verdade, a atitude mais nobre de um Desembargador ou de qualquer cidadão é reconhecer seus erros.

Apelamos também para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, para que reconheça a luta dos nossos trabalhadores e trabalhadoras da educação e que valorize essa luta. Se não fossem os professores, eles não estariam no posto em que estão hoje. Reconhecer é fazer justiça.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Deputado Padre João, primeiro quero parabenizar o colega pelo discurso e pela sua clareza. Creio que não fica dúvida alguma em relação a essa decisão.

Na semana passada, os servidores da Justiça aqui estavam, lutando e acompanhando os trabalhos para que fosse votado o projeto que concedia o aumento, cuja votação foi permitida a partir da iniciativa deste Deputado, ao pedir o adiamento de votação de todos os outros projetos que, de certa forma, impediam a votação desse projeto e do projeto de extensão do auxílio-maternidade. Todos os dois foram votados na semana passada, em razão do empenho não de um Deputado - como eu disse, o pedido de adiamento foi uma iniciativa minha -, mas do Bloco do qual V. Exa. é Líder e tenho a honra de ser um dos Vice-Líderes.

Em relação à educação, passei todo o fim de semana em Manhuaçu, desde sábado, e retornei ontem, segunda-feira. Lá também professoras me abordaram, desesperadas com a situação. Passei-lhes o resultado da reunião com o Governador. Eu mesmo, em outra oportunidade, estive na tribuna, com dois comprovantes de pagamento, conhecidos como contracheques. Naquela oportunidade, aproveitei para dizer que, em Minas, fala-se muito em choque de gestão, e eu tinha, nas minhas mãos, não dois contracheques, mas dois "contracheques", porque mostravam o valor absurdo e inconstitucional de R\$350,00 de salário para o servidor no nosso Estado.

Quero crer que nossos servidores estão precisando de atenção maior no tocante a essa questão. Ouvimos da boca do Governador que ele reconhece que o salário é pequeno, mas esperamos que não fique apenas no reconhecimento, em reunião com o Bloco de Oposição nesta Casa. Que passe do reconhecimento à prática e se chegue a uma remuneração justa para esses trabalhadores e trabalhadoras. As 24 horas de trabalho são só um número. Tenho filha também professora e sei o quanto ela trabalha em casa, o quanto leva de serviço para casa. Ou seja, as 24 horas se referem ao serviço em classe, mas, se o serviço extraclasse fosse remunerado, creio que o salário subiria muito além do determinado pela lei.

Fica aqui minha manifestação em favor dos trabalhadores e das trabalhadoras, que poderão continuar contando com nosso empenho. Iremos até onde pudermos, no sentido de tentar, com eles, conquistar o que, por direito e justiça, merecem e aquilo do que carecem. Obrigado, Padre João.

O Deputado Padre João* - Sou eu que agradeço a V. Exa.

Neste segundo que me resta, Sr. Presidente, quero fazer uma leitura ao Governador, porque, na conversa com ele, ele dizia que há impedimento. "O TSE definiu, na Resolução nº 21.054, de 2/4/2002, que: 'A aprovação pela via legislativa de proposta de reestruturação de carreira de servidores não se confunde com revisão geral de remuneração e, portanto, não encontra obstáculo na proibição contida no art. 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504, de 1997.'" Sr. Governador, em 2006, a situação era igual à atual - ano de eleição, quando o Governador Aécio Neves buscava sua reeleição.

A Lei nº 16.198 foi votada em 26 de junho e garantiu a gratificação dos pilotos, e a Lei Complementar nº 92 foi votada em 23 de junho e estabeleceu os vencimentos do Defensor Público, do Procurador do Estado e dos advogados autárquicos. Terminei, Sr. Presidente, dizendo que a Lei nº 16.192, votada em 23 de junho, beneficiou o Secretário particular de Aécio Neves e garantiu o valor das funções e gratificações, além da Polícia Militar, que também foi depois da data que ele alega, em 26 de abril. Então não existe impedimento em relação ao prazo, que entendemos ser 30 de junho. Assim, temos ainda o mês de maio e todo o mês de junho para aprofundar essa discussão e garantir justiça aos trabalhadores e às trabalhadoras da área de educação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, colegas Deputados, servidores da Justiça presentes, guerreiros do Poder Judiciário, que têm feito desta Casa uma trincheira em busca dos seus direitos; aliás, quero falar sobre isso daqui a pouco. Primeiramente, Sr. Presidente, gostaria de trazer assunto de extrema importância. Há mais de dois anos, estamos lutando contra o que chamamos de "overbooking" dos planos de saúde, que comercializam milhares e milhares de contratos. Em Minas Gerais, estão à beira de 1 milhão de contratos e não conseguem dar o devido atendimento ao consumidor. O cidadão paga caro pelo plano de saúde e, quando tenta marcar médico, só consegue para daí a 60, 90 ou 120 dias. Quando se vai a hospital da rede credenciada, assiste-se a filas intermináveis. Os planos de saúde lavam as mãos, dizem que os problemas não são deles, mas dos hospitais, e pagam valores ínfimos aos profissionais credenciados, cooperados e aos hospitais.

Hoje, Sr. Presidente, um sujeito chamado Dr. Cechin, que certamente é pago pelos planos de saúde, disse que a culpa não é dos planos de saúde, e sim dos consumidores. Quem mandou os consumidores fazerem planos de saúde? Ele hoje atua em instituto, talvez seja o instituto Dr. José Cechin. Esse executivo do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar - IESS - disse claramente a um jornal que o problema é dos consumidores, não dos planos de saúde. Esse cidadão, ex-Ministro da Previdência Social durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, disse que o problema é do consumidor que procurou plano de saúde e que o consumidor não pode colocar a culpa no plano de saúde quando não é atendido pelos médicos ou nos hospitais. Isso foi o que ele disse hoje no jornal "Hoje em Dia", colocando a culpa nos consumidores.

Pobres consumidores, que pagam caro e não conseguem ser atendidos pelos médicos e nos hospitais credenciados pelos planos de saúde. Esse Sr. José Cechin não conhece a realidade ou está laborando de má-fé, pois colocar a culpa em consumidor que não é atendido em hospital é o mesmo que colocar a culpa no marisco na briga entre o mar e o rochedo. O Sr. José Cechin desconhece a lei do Código do Consumidor, que diz claramente que não se pode receber por serviço que não foi prestado. Como pode um plano de saúde vender contratos, não dar conta de prestar atendimento e dizer que a culpa é do hospital ou do consumidor? Por que, então, continuam vendendo novos contratos? Evidentemente, esse cidadão está a serviço dos planos de saúde.

Quando alguém não é atendido no hospital, lógico que isso gera ônus para o consumidor e benefício econômico para a administradora do plano de saúde ou para a cooperativa. O que queremos, o que exigimos da Agência Nacional Suplementar é que os planos de saúde só comercializem contratos dentro da sua capacidade de atendimento. Se o plano não consegue atender na rede credenciada ou própria, que pare de vender novos contratos, que pare de enganar e ganhar dinheiro às custas do consumidor.

Visitamos dois grandes hospitais de Minas Gerais: Felício Rocho e Vera Cruz. São duas excepcionais casas de saúde. São dois hospitais de ponta, com impressionante estrutura a serviço do cidadão. Mas o que se vê nessas duas casas de saúde é que não estão dando conta de atender a enorme quantidade de consumidores, especialmente da Unimed. A Unimed completará 1 milhão de associados. O número de associados aumentou em mais de 500% nos últimos 10 anos. Em 1996, por exemplo, eram 300 mil associados aproximadamente, e agora são 1 milhão de associados. E a rede de hospitais? A rede de leitos credenciada passou de 1.100 para 1.230, incluindo os novos leitos que ela construiu. Ela chegará a quanto, a 2 milhões de associados? E como as pessoas farão? É o chamado "overbooking". É como se um restaurante tivesse comida para 10 pessoas e vendesse para 12. Aqui estamos tratando de saúde e não podemos permitir que um cidadão seja levado de um hospital para outro, do segundo para o terceiro, do terceiro para o quarto, e algumas pessoas tenham de ser levadas para Contagem. Visitaremos os hospitais de Contagem e Betim. Mostraremos que assistimos à grande lesão ao consumidor, que comprou plano de saúde e, na hora do atendimento, não será atendido e morrerá na fila do plano de saúde. Assistimos a esse absurdo! É o chamado "overbooking". Vende-se além da capacidade.

Sr. Presidente, quero me referir também aos projetos do Judiciário que se encontram em tramitação nesta Casa, especialmente o Projeto de Lei nº 4.389, que fixa a data-base para os servidores do Judiciário. Fomos procurados pelos sindicatos, que são absolutamente sérios. Nesta Casa, às vezes nos deparamos com sindicalistas radicais, que não têm compromisso com a ética e a responsabilidade. Fomos procurados pelo Sinjus, pelo Serjusmig e por todos os sindicatos que representam os servidores do Judiciário, que sabem do nosso comportamento. Pediram-nos que incluíssemos emenda de recuperação salarial da ordem de 10,14%. Disseram-nos que era ideia já assimilada pelo Presidente do Tribunal, Desembargador Sérgio Resende. Confiando nos sindicatos, acrescentamos essa emenda e não fomos surpreendidos, pois o Tribunal encaminhou documento a esta Casa dizendo que reconhecia a importância da medida, que significava a recomposição de 10,14%. O Tribunal dizia que tinha dificuldade para fazer com que essa medida fosse retroativa. Atendendo a orientação de que fosse incluída emenda compatível com o que o Tribunal poderia pagar dentro das suas limitações orçamentárias, a emenda foi aprovada na comissão, e o Tribunal está chancelando esse reajuste. Espero que alguns Desembargadores, como foi feito no passado, não se rebelarem contra esse reajuste dos servidores. Esse reajuste é devido. Trata-se de recomposição salarial que trará um mínimo de dignidade e de respeito a essa categoria do Judiciário, que tem realmente prestado relevantíssimo serviço ao jurisdicionado mineiro.

Chamo a atenção para o fato de que hoje temos, no Juizado Especial Civil, 600 mil processos. Isso inviabiliza a Justiça, mas aquele cidadão que nunca teve acesso ao Judiciário agora está tendo, com a edição deste juizado chamado de Juizado da Cidadania, que funciona desde 1999, com o trabalho desses abnegados servidores que prestam serviço à Justiça mineira.

Portanto, creio que, ao acolher essa sugestão de emenda - reivindicação dos sindicatos e reivindicação justa dos servidores mineiros -, o Tribunal de Justiça dará largo passo na melhoria das condições para os servidores e na qualidade do serviço prestado à sociedade mineira. Então, não havia razão para que esses Deputados, acompanhados por outros pares desta Casa, deixassem de acolher tal emenda sugerida.

Sr. Presidente, também trago ao conhecimento desta Casa uma luta daqueles que escolheram a cidade de Brumadinho para morar e que hoje foram surpreendidos com o aumento do IPTU, à beira de 2.000%. Digo isso porque tenho defendido a tese de que o IPTU deve ser imposto justo, que leve em conta a condição contributiva daquele que mora em determinado Município. No caso de Brumadinho, creio que faltou até bom senso por parte dos Vereadores locais, que aprovaram, no apagar das luzes de 2009, reajuste no IPTU de aproximadamente 2.000%. Com isso tivemos de ombrear esforços com os condomínios horizontais que circundam Belo Horizonte e são localizados no Município de Brumadinho. Houve compromisso por parte do Prefeito da cidade de que será analisado todo e qualquer recurso contestando o valor do IPTU. Portanto, colocamos no nosso "site" um modelo para a população de Brumadinho elaborar seu recurso administrativo, o qual será entregue ao Prefeito Municipal da cidade até o final do mês. Isso porque tal aumento não vigorará sem que antes seja apreciado cada um dos recursos que apresentarmos.

Sr. Presidente, quero dizer também da minha preocupação com o movimento grevista dos professores de Minas Gerais. No mês passado, quando aqui analisamos o projeto de carreira dos servidores, o reajuste geral dos servidores da educação, demos apoio integral a toda e qualquer proposta séria que tratasse de melhoria salarial. Estaremos sempre ao lado dos servidores. O que temos pedido é que haja prudência, que os servidores não fiquem exaltados, enfim, que exerçam o direito de greve absolutamente dentro da lei. Aqui votaremos sempre os interesses dos servidores da educação de Minas Gerais. Não podemos desconsiderar que são essas pessoas que ensinam nossos filhos a trilhar o caminho da justiça, da honestidade, da seriedade e da responsabilidade. São os professores que ensinam os primeiros passos na vida de um cidadão. Portanto, não podemos deixar que um servidor como esse seja colocado em condição indigna no que diz respeito a seu salário. Por isso tenho me posicionado, nesta Casa, sempre ao lado dos professores, dos servidores públicos estaduais. Foi assim em relação aos servidores da Secretaria de Defesa Social. É esta a nossa luta em prol dos Delegados mineiros, que vieram para esta Casa e conseguiram implantar a chamada carreira jurídica, e com muita justiça. O projeto foi sancionado, e agora começa uma segunda batalha, por melhores condições salariais. Não é razoável que um Delegado ganhe R\$4.500,00, valor muito aquém do que merecem e do que precisam. Portanto, estaremos ao lado dos servidores públicos, como estivemos também ao lado dos Defensores Públicos, que conseguiram, nesta Casa, escala de aumento salarial que lhes dará remuneração de R\$12.000,00 no ano de 2012, época em que realmente ganharão o que precisam para prestar serviço digno à população carente, que não tem condições de pagar advogado e ter acesso ao Judiciário.

Sr. Presidente, mais uma vez, gostaria de elogiar o trabalho do Procon Assembleia e de todos os Procons de Minas Gerais. O Procon Assembleia está completando 13 anos de sua criação, o que ocorreu em julho de 1997, por nossa iniciativa. Agora são mais de 1.100.000 consumidores atendidos por ele - por sinal, bem-atendidos. Às vezes ficamos impressionados como as pessoas são bem-atendidas no Procon e como seus problemas têm uma solução imediata, sem a necessidade de recorrerem ao Judiciário. Como já disse, se já são mais de 600 mil processos tramitando no Judiciário Especial das Relações de Consumo e nos Juizados Especiais Cíveis, como a Justiça irá atender a tamanha demanda? Este é o papel do Procon: atender as pessoas, buscar solução para seus conflitos, evitar que a pessoa tenha de demandar no Judiciário, o que, por sua natureza, é oneroso, demorado e caro para o Estado.

Portanto, fica aqui, mais uma vez, o meu abraço e o meu compromisso com o Procon. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de saudar a todos e a todas, bem como parabenizar o conjunto dos servidores que se encontram nas galerias. De forma muito especial, quero deixar aqui a nossa solidariedade aos servidores da educação, que já estão paralisados há mais de 30

dias e cobram o cumprimento da legislação federal, garantindo, assim, o piso nacional dos servidores da educação. Infelizmente o governo do Estado não reconhece isso, que deveria estar vigorando a partir de 1º de janeiro deste ano.

Cumprimento ainda os servidores do Judiciário, os três sindicatos que representam a categoria: Sinjus, Serjusmig e Sindojus. Ressalto o total apoio do Bloco PT-PMDB-PCdoB em relação à data-base. Trata-se de uma reivindicação antiga da categoria, a qual faz justiça com o conjunto dos servidores. Aliás, discutiremos com a bancada a possibilidade de se fazer uma inversão de pauta para votarmos o projeto dos servidores primeiramente e, depois, travarmos a pauta. Afinal, nossa proposta é travar a pauta de votação, enquanto o governo não sinalizar em defesa dos servidores. Depois de conversar agora há pouco com alguns servidores, faremos a proposta de votar a inversão de pauta para que o projeto seja votado em primeiro lugar e, então, aprovarmos esse projeto já em 1º e 2º turnos. Nos demais projetos, realmente manteremos uma posição firme em solidariedade aos servidores da educação. Estamos apresentando um requerimento para realizarmos uma audiência na Comissão de Direitos Humanos. Estão chegando denúncias muito sérias de todo o Estado de Minas Gerais sobre perseguição, ameaça e assédio moral em relação aos servidores, e isso não vamos admitir de maneira alguma. Isso é muito grave, por isso não vamos admitir essa situação. Os servidores têm de ser respeitados. Então estamos propondo a realização de uma audiência pública, porque se trata de um direito dos servidores. Eles estão reivindicando o cumprimento da legislação.

O interessante é que o Estado, na hora de cumprir a lei, torna-se muito eficiente quando o assunto é de interesse dele. Ou seja, quando é para aumentar imposto, aprovar as leis de seu interesse, comprar caveirão para reprimir os servidores, não falta dinheiro. E também não falta verba para construir o Centro Administrativo, uma obra estimada em quase R\$2.000.000.000,00. Esse dinheiro seria suficiente para garantir a dignidade dos servidores públicos, no entanto o governo, infelizmente, optou por construir um elefante branco.

Sabemos que, no mundo inteiro, a lógica da administração pública é a sua descentralização, e não a centralização num local de difícil acesso aos servidores e a toda a comunidade, ainda mais com o avanço da internet e dos meios de comunicação. Ao invés de descentralizar as ações do Estado em todas as suas regiões, ele faz o contrário. Por exemplo, a emissão de um documento que estava sendo feito nas regionais do Estado, agora, está centralizada em Belo Horizonte. Assim, uma carteira de motorista do cidadão às vezes demora mais de 120 dias para ficar pronta. E esse cidadão ainda corre o risco de ser multado por andar com sua carteira vencida, e até de perder o emprego. Como já disse, na hora do Estado defender os seus interesses, ele é muito eficiente; e, na hora de aumentar a conta de luz e a água, ele também o é. O IPVA daqui é mais caro que em outros Estados, e ainda, quando vai definir o valor do ICMS, a carga tributária em nosso Estado é maior que em outros lugares. Um exemplo típico é o ICMS do álcool. Em Minas Gerais, a taxa é de 25%; em Goiás, 13%; em São Paulo, 12%, o que corresponde à metade do valor do ICMS do álcool cobrado aqui. Portanto tudo é mais caro em Minas Gerais, por isso, nos últimos anos, a arrecadação do Estado aumentou praticamente três vezes. Em relação aos investimentos na educação, eles diminuíram praticamente pela metade nos últimos anos. Os valores aplicados pelo governo do Estado tiveram uma diminuição de cerca de 15% nos últimos anos. A arrecadação do Estado aumenta, e o governo diminui os recursos da área de educação. Um verdadeiro absurdo. Os servidores públicos estão sobrevivendo com um salário de fome. Tem professor passando fome. Tenho, em mão, vários contracheques que comprovam isso. Está aqui o vencimento básico de R\$330,75, referente ao salário de um professor. Um salário de fome. Um outro professor da educação básica recebe, como provento base, o salário de R\$378,46. Está aqui a prova, o contracheque dele, para quem quiser ver. O contracheque é o comprovante, não estamos fazendo propaganda enganosa.

O governo fala que definiu um piso remuneratório, mas isso não foi o que ele havia prometido, já que aí todas as gratificações são descontadas. O que o servidor quer é o provento básico, o valor básico, o salário básico, que é o que está garantido na legislação. Mas infelizmente o governo não cumpre a lei federal. Volto a repetir: existem servidores recebendo menos que um salário mínimo, um salário de fome. Não tem como o servidor ter dignidade recebendo um salário desse. Estão aqui os contracheques.

Tenho um outro contracheque de um servidor da Polícia Militar de Minas Gerais, da Diretoria de Recursos Humanos, e é Vice-Diretor Técnico Ambulatorial. À primeira vista, vocês podem achar que ele ganha um salário muito alto, mas sabem qual é o salário dele, a sua remuneração básica? Pasmem, o provento-base desse servidor é de R\$245,62, com todas as gratificações, inclusive quinquênio. Ele recebe menos de um salário mínimo. A prova disso está aqui. Ele tem todos os contracheques. Aliás, todas essas pessoas têm nome e sobrenome, como é o caso da Sra. Marina Maria Siqueira Machado. O governo não pode continuar falando que isso não existe no Estado.

Gostaria de ler um "e-mail" que recebi. (- Lê:) "Como entusiasta do seu trabalho na Assembleia, vi, no jornal "O Tempo", uma publicidade sobre a sua cobrança para um aumento real para os servidores, então gostaria de reforçar o que V. Exa. vem dizendo. Servidores recebendo menos de um salário mínimo. Minha mãe foi funcionária do Hospital da Polícia Militar durante 25 anos e está aposentada. Observe o contracheque dela, que eu coloquei anexado a esse "e-mail". O absurdo é que o salário dela, com todos os benefícios, soma R\$479,56, e o seu salário-base é de R\$245,62. Isso é injusto para quem trabalhou a vida inteira para o Estado. O certo não seria a remuneração básica, mas um salário mínimo". Ela recebe como salário-base menos de um salário mínimo, e a legislação federal proíbe isso. A nossa indignação é porque a lei é severa no momento de valer para o cidadão comum. Se, por exemplo, a pessoa não pagar o IPVA do carro, este será apreendido; da mesma forma, se não pagar a conta de água e de luz, ela terá de pagar multa e ainda poderá ter a sua água ou luz cortada. Entretanto o Estado é o primeiro a descumprir a legislação. O Estado não cumpre a legislação, como os senhores podem ver ao analisar o salário de R\$245,62 de um servidor.

Eu queria deixar toda a nossa solidariedade aos servidores e também todo o nosso protesto e indignação em relação ao corte de pontos que está sendo feito pelo governo do Estado. É um verdadeiro absurdo o corte do ponto. Aliás, o governo queria ainda substituir esses servidores, mas ele foi impedido por uma decisão da Justiça.

Fica aqui a nossa solidariedade, porque não é justo nem humano, e muito menos certo, o que o governo está fazendo. Ele tinha de cumprir a legislação. Só eu apresentei mais de 12 emendas, por exemplo, a emenda para o piso nacional de educação, que infelizmente foi vetada pela base do governo. Também apresentamos a emenda para garantir o aumento retroativo a janeiro, inclusive para os outros Poderes, o que é o certo. Nós votamos e aprovamos essa emenda, entretanto o Estado não tratou com a mesma isonomia os servidores da educação, que infelizmente não tiveram o mesmo direito de retroação. Isso é muito injusto porque não foi feita justiça para os servidores que ganham menos, pois eles também contribuem com o Ipsemg e praticamente não têm direito a um atendimento médico. Não existem médicos credenciados, esparadrapos, medicamentos, nada. É um verdadeiro caos o Ipsemg no Estado inteiro. E o governo do Estado está querendo dar calote. Ele quer pegar o dinheiro da contribuição dos servidores do Estado, que pagaram durante anos para o Ipsemg, quase R\$2.000.000.000,00, conforme projeto que tramita nesta Casa, para praticamente dar o calote neles. Além de não garantir o funcionamento do Ipsemg como deveria, com atendimento à saúde, inclusive bem no interior de Minas, o governo quer agora pegar o dinheiro desses servidores. Isso realmente não é certo.

O servidor que tem o tempo para a aposentadoria não consegue aposentar-se no Estado. Isso é um verdadeiro desrespeito, pois ele já tem o tempo, contribuiu, mas a Secretaria enrola com a documentação, com a contagem de ponto. Um verdadeiro absurdo, pois não garante a aposentadoria desses servidores. Então fica aqui o nosso protesto também.

Temos aqui, aliás, o comunicado do Sind-UTE. Vejam só os vencimentos básicos dos trabalhadores da educação. Com 10% de reajuste, um professor com nível médio ganha R\$369,89, e um professor com licenciatura plena, R\$550,53. Então é dessa maneira que o governo trata os seus servidores. Infelizmente ele se preocupa com concreto e cimento, mas não se preocupa com o coração, com o povo, com o sentimento, com os servidores públicos que atendem muito bem a população.

O Deputado Almir Paraca (em aparte)* - Gostaríamos de saudar o nobre Deputado e cumprimentá-lo pela firmeza com que tem defendido, da

tribuna e nas ruas, o funcionalismo público, e em especial pelo acompanhamento que o Deputado vem dando à greve dos professores.

Weliton, ontem eu participei de uma assembleia regional do Sind-UTE na cidade de Unaí, congregando várias cidades da região. Os professores mantêm a determinação e a firmeza de continuarem com a reivindicação e a luta. Estamos felizes com a decisão, e a nossa região, portanto, está firme no movimento. Parabéns pelo seu trabalho, Deputado Weliton Prado. É uma honra tê-lo na nossa bancada, principalmente na relação com os movimentos sociais.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de agradecer ao Deputado Almir Paraca, que sempre me liga, como fez, por exemplo, da assembleia dos professores no Noroeste, em Paracatu e em João Pinheiro, para passar-me informações sobre o movimento nessa região. Os professores realmente estão mobilizados. Eu tive a grata satisfação de participar de todos os atos e caminhadas. Os servidores estão fazendo assembleias históricas, com mais de 15 mil servidores. Eles estão dando uma lição de cidadania, de forma ordeira e pacífica, mas com muito protesto e energia, reivindicando de fato os seus direitos.

Estou assinando aqui dois requerimentos. Em um deles, solicito uma audiência pública para debater as ameaças e perseguições sofridas pelos professores da rede estadual de ensino, que lutam pela implementação do piso nacional do magistério de R\$1.312,00, em Minas Gerais. Há praticamente 10 anos, os servidores estão sem aumento. Há ainda uma série de denúncias pipocando pelo Estado inteiro em relação aos servidores que estão sendo agredidos, sofrendo pressões e ameaças nas escolas e nas superintendências.

Além do corte de pagamento dos dias em que estão fora da sala de aula, ressalto um ato de extrema maldade, visto que os salários são muitos baixos. Os professores sofrem com a ameaça de substituição nas escolas, o que posteriormente foi proibido pela Justiça. Mas agora são perseguidos por Diretores e Inspetores, que tentam reprimir com ameaças de prejuízos na avaliação de desempenho que garante o pagamento adicional na remuneração. Nesse sentido apresentamos esse requerimento, e também um outro em que solicito providências urgentes com vistas a receber representantes dos professores da rede estadual, que lutam pela implementação do piso nacional do magistério.

Fica aqui, mais uma vez, a nossa solidariedade, o nosso apoio a esses bravos servidores, à Justiça, em relação ao trabalho que está sendo feito pela nova direção do Sind-UTE. Parabenizamos ainda a Bia. O servidor tem de realmente levantar a cabeça, porque ele já está no fundo do poço e não há mais como sua situação piorar. Portanto tem de haver sensibilidade para resolver esse problema de uma vez por todas. A greve não interessa a ninguém, aos estudantes, aos pais, à comunidade escolar e aos professores, a ninguém mesmo.

O governo tem de ter sensibilidade para resolver esse problema, porque a única coisa que os servidores querem é que a lei seja cumprida e respeitada. O mínimo que o governo deve fazer é cumprir a lei federal.

Para finalizar, gostaria de dizer da minha imensa alegria, pois estivemos no Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia e foi aprovada a expansão dessa universidade para as cidades de Monte Carmelo e Patos de Minas. Esta é luta antiga, de mais de sete anos permanentes, junto ao Deputado Federal Elismar Prado e ao Vereador Vítor Hugo, e agora está se tornando realidade. Foi grande a vitória. Fizemos grande mobilização e até consulta pública. A emenda do PPA é do Deputado Federal Elismar Prado. Agradeço ao Deputado Almir Paraca, que presidiu nossa reunião da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para discutir a expansão da UFU para Monte Carmelo.

Parabenizo os servidores do Judiciário e todos os professores. Não abaiem suas cabeças. Vão à luta, porque sem ela não há vitória. Não podemos aceitar estas ameaças e perseguições que o governo do Estado vem fazendo. Ele tem de cumprir a lei e estabelecer o piso nacional para os servidores de Minas Gerais. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 10/5/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Delvito Alves

exonerando, a partir de 14/5/10, Wendel Cristiano Soares de Mesquita do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas.

errata

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembleia verificada na edição de 14/5/10, pág. 81, col. 2, sob o título "Gabinete do Deputado Weliton Prado" onde se lê:

"Deyvid Gouvea", leia-se:

"Deyvid Gouvêa de Oliveira".